



**DRS**

**DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL  
SUSTENTÁVEL**

Foto: SETUR | Rampa de Parapente - Alfredo Chaves



# DIRETRIZES DO PLANO DE AÇÃO

## Microrregião Litoral Sul

Parte da coletânea de resumos das microrregiões do estado do Espírito Santo.



Social



Econômico



Ambiental



Território



Gestão  
Pública



As opiniões emitidas são exclusivas e de inteira responsabilidade do (os) autor (es), não exprimindo necessariamente, o ponto de vista do Instituto Jones dos Santos Neves ou do Governo do Estado do Espírito Santo.

**REITOR UFES**

Paulo Sérgio de Paula Vargas

**REITOR IFES**

Jadir Jose Pela

**COORDENADOR REGIONAL**

Eneida Maria Souza Mendonça

**NÚCLEO DE COORDENAÇÃO**

Eneida Maria Souza Mendonça  
Giovanilton André Carretta Ferreira  
Michela Sagrillo Pegoretti  
Karla Garcia Correia  
Rômulo Croce

**AT TERRITÓRIO**

Michela Sagrillo Pegoretti  
Karla Garcia Correia  
Rômulo Croce  
Maiara dos Santos Dias

**AT AMBIENTAL**

André Luiz Nascentes Coelho  
Vitor Silva de Miranda

**AT SOCIAL**

Maria Helena Elpídio Abreu  
João Paulo Silva Valdo  
Rômulo Croce  
Gustavo Zamproni Gomes

**AT CULTURA**

Viviane Lima Pimentel  
Thaíssa da Cunha Fugolin

**AT ECONOMIA**

Aminthas Loureiro Júnior  
Fábio Loureiro Prates  
Jordana Teatini Duarte

**AT GESTÃO PÚBLICA**

Gilton Luís Ferreira  
Larissa Bussolar Franquini  
Luna Ferraço Arruda  
Roberto Cabral Júnior

**AT LOGÍSTICA, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA**

Patrícia Stelzer da Cruz  
Hayandra Romualdo Pessi

**AT SANEAMENTO**

Renato Ribeiro Siman  
Carolina Ibelli Bianco

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

José Renato Casagrande

**VICE-GOVERNADORIA**

Jacqueline Moraes da Silva

**SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO – SEP**

Álvaro Rogério Duboc Fajardo

**INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN**

Diretor Presidente  
Daniel Ricardo do Castro Cerqueira

Diretoria de Estudos e Pesquisas  
Latussa Laranja Monteiro

Diretoria de Integração e Projetos Especiais  
Pablo Silva Lira

Coordenação Geral  
Latussa Laranja Monteiro

Coordenação Técnica  
Livia Maria Albertasse Tulli

Coordenação Institucional  
Michele Gasparini de Miranda

# Sumário

Apresentação.....	5
1. Conceitos e premissas do Arranjo 1 para elaboração do diagnóstico e das diretrizes para o Plano de Ação do PDRS .....	5
2. Metodologia do Arranjo 1 para a elaboração das diretrizes para o Plano de Ação do PDRS .....	8
3. Macro diretrizes e Diretrizes do Arranjo 1 para o Plano de Ação do PDRS .....	15
Apêndice 1.....	78
Apêndice 2.....	79
Apêndice 3.....	80
Apêndice 4.....	81
Apêndice 5.....	82
Apêndice 6.....	83
Apêndice 7.....	84
Referências Bibliográficas .....	85

## Apresentação

O documento apresenta os aspectos metodológicos e as diretrizes elaboradas pela equipe de pesquisadores do Arranjo 1, Microrregião Litoral Sul, que visam subsidiar a construção, pelo governo do estado do Espírito Santo, do Plano de Ação do Projeto Desenvolvimento Regional Sustentável do Estado do Espírito Santo – PDRS/ES.

O PDRS é um produto do Convênio de Cooperação Técnica 001/2020, que tem como copartícipes a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado do Espírito Santo (FAPES), a Secretaria de Economia e Planejamento (SEP), a Secretaria de Ciência Tecnologia Inovação e Educação Profissional (SECTI), o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.

As 9 microrregiões de planejamento do Espírito Santo objeto de estudo do PDRS foram agrupadas em 4 arranjos sob a responsabilidade da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. O Arranjo 1 composto pelas microrregiões Litoral Sul e Central Sul é coordenado pela UFES e conta com uma equipe multidisciplinar com a participação direta de professores e alunos de pós-graduação e graduação, de várias unidades e departamentos da Universidade e também professores e pesquisadores de outras unidades de ensino superior e instituições do Espírito Santo.

É importante ressaltar o ineditismo desta experiência do projeto de pesquisa DRS sob responsabilidade direta de instituições de ensino superior, que representa algo novo no subsídio ao planejamento regional do estado do Espírito Santo. Cumpre salientar o sentido crítico dos estudos desenvolvidos, qual seja, uma abordagem da realidade regional voltada para a compreensão da totalidade. Assim, para além dos estudos analíticos, parciais e operativos, dos vários aspectos abordados, busca-se sua rearticulação com a totalidade. Ou seja, uma totalidade concreta como ela se apresenta neste mundo globalizado, uma totalidade empírica, que examine “as relações efetivas entre a Totalidade-Mundo e os Lugares. Isso equivale a revisitar o movimento do universal para o particular e vice-versa”, reexaminando-o (SANTOS, 2005).

Neste contexto, a validade e o sentido último desta experiência dependem de sua continuidade, que deverá consolidar um processo de planejamento e gestão crítico e permanente.

Este produto da pesquisa DRS, contempla as diretrizes que deverão subsidiar o plano de ação e complementa outros dois produtos anteriores da pesquisa, a saber: o Diagnóstico Integrado da Microrregião Litoral Sul e o Sumário Executivo do Diagnóstico da Microrregião Litoral Sul.

### 1. Conceitos e premissas do Arranjo 1 para elaboração do diagnóstico e das diretrizes para o Plano de Ação do PDRS

Para a elaboração do diagnóstico e das diretrizes que subsidiarão a preparação, pelo governo do estado do Espírito Santo, do Plano de Ação do Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS/ES, a equipe de pesquisadores do Arranjo 1 adotou alguns **conceitos** e **premissas** que orientam e direcionam toda a pesquisa.

**Conceito** estruturador da pesquisa DRS, o **território** se apresenta, simultaneamente, como variável constitutiva e analítica chave para a compreensão da complexa realidade e do cambiante contexto em que se vive. Daí a relevância de valorizar, na análise e na proposição, a dimensão territorial dos processos sociais, das dinâmicas econômicas, e das políticas públicas que, por sua vez, também apresentam e produzem um conteúdo diverso e abrangente (FREITAS, 2020).

Entende-se o território como base e extensão da natureza, da circulação, da moradia, da economia, da cultura, portanto, da vida. Como ilumina Santos (2005), não é o território em si a categoria de análise social, mas, o território usado, que é simultaneamente material e social, em constante mudança, território em processo, composto por uma dialética, como o espaço geográfico.

As especificidades culturais, técnicas e ambientais de cada território, bem como as suas dinâmicas socioeconômicas e político-institucionais, devem igualmente condicionar e influenciar a definição, criação e implementação de políticas públicas no território voltadas para alcançar um desenvolvimento socioespacial.

Nesta perspectiva o conceito de **desenvolvimento socioespacial** adotado é entendido como uma mudança social positiva, que não pode ser definido à revelia dos desejos e expectativas dos grupos sociais concretos, com seus valores próprios e particularidades histórico-geográficas, e que deve, incondicionalmente, articular melhoria da qualidade de vida e um aumento da justiça social (SOUZA, 2002). Mais justiça social e uma melhoria da qualidade de vida são parâmetros subordinados àquele que é o parâmetro essencial do desenvolvimento sócio-espacial, que é a autonomia.

Dentro desse marco teórico que orienta e direciona o trabalho do PDRS Arranjo 1, Santos (1987, 1999, 2004) e Souza (2002), de forma complementar sugerem uma mudança de enfoque do desenvolvimento, ligados à recuperação do cidadão, propondo a ideia de um modelo cívico autônomo, não subordinado ao modelo econômico, partindo do cidadão para a economia e não do contrário, como ocorre atualmente. Esse modelo forma-se, entre outros, predominantemente, de dois componentes essenciais: a cultura e o território.

A **cultura**, conforme Santos (1987), forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo, é uma herança, mas também um reaprendizado das relações profundas entre o homem e seu meio, um resultado obtido através do próprio processo de viver. A cultura é o que nos dá a consciência de pertencer a um grupo, do qual é a amalgama e que inclui o processo produtivo e as práticas sociais. Assim como cidadania e cultura mantêm uma relação íntegra de significação, da mesma forma, cultura e territorialidade são, de certo modo, sinônimos.

Refletir e planejar o desenvolvimento regional pela perspectiva do território deve considerá-lo como mais que um simples conjunto de objetos, que se articulam com o trabalho, a circulação e o morar, mas também, um dado simbólico, sem o qual não se pode falar de territorialidade. Esta não provém do simples fato de viver num lugar, mas da comunhão que com ele se mantém (SANTOS, 1997).

O desenvolvimento regional exige um olhar atento em relação à diversidade do território, como bem demonstraram Tânia Bacelar de Araújo e Darcy Ribeiro, citados por Freitas (2020). O território brasileiro traz intrinsecamente a marca da diversidade, um ativo que pode ser usado positivamente na política de desenvolvimento regional, nas políticas públicas em geral, e nas

territoriais em particular. Permite assim, fugir das tradicionais intervenções sobre o território que trazem a marca exclusiva da atração de investimentos para as regiões-alvo, como foram (e ainda são) as experiências da SUDENE, SUDAM, SUDECO e Zona Franca de Manaus, por exemplo.

Como orientações para o trabalho do PDRS Arranjo 1 parte-se, de acordo com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), atualizada pelo Decreto nº 9.810/2019, do entendimento de que **o desenvolvimento regional deve ser compreendido de forma multidimensional**. Para tanto é necessário **reconhecer as desigualdades regionais/microrregionais em múltiplas escalas de intervenção, orientar políticas e programas que promovam o desenvolvimento territorial por meio de instrumentos adequados ao trabalho multiescalar, de modo a facilitar a cooperação entre os entes federados e a coordenação horizontal para sua efetiva implementação** (BRASIL, 2019).

Neste contexto, ainda conforme a PNDR, o desenvolvimento regional deve se orientar pelos seguintes objetivos, de acordo com o artigo 3º do Decreto nº 9.810/2019:

Promover a convergência dos níveis de desenvolvimento e de qualidade de vida inter e intra regiões (microrregiões) e a equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento;

Consolidar uma rede policêntrica de cidades, em apoio à desconcentração e à interiorização do desenvolvimento;

Estimular ganhos de produtividade e aumentos da competitividade regional;

Fomentar agregação de valor e diversificação econômica em cadeias produtivas estratégicas, observando critérios como geração de renda e sustentabilidade (BRASIL, 2019).

De forma complementar aos conceitos e orientações iniciais estabelecidos, e no intuito de direcionar e operacionalizar tanto a elaboração do diagnóstico, quanto das diretrizes que subsidiarão o plano de ação do PDRS, foram adotadas as seguintes **premissas**:

**O Território como elemento integrador de políticas públicas:** pensar em políticas públicas, seja na sua formulação, implementação ou execução, monitoramento é, fundamentalmente analisar como o público alvo da referida política produz seus espaços, em especial seus territórios. Possibilita-se assim, a análise das relações espaciais das políticas públicas, desde o seu substrato físico até as relações sociais que (re)constróem constantemente seus territórios, exercendo relações de poder, gestão e identidade.

**Articulação de escalas na construção de políticas públicas:** as expressões e representações da vida cotidiana estão imersas em configurações escalares que vão do corpo ao comunitário, ao urbano, ao regional, ao global. Não são elementos dados e constituídos previamente, mas sim produzidos em ambientes heterogêneos, conflitantes e de embates (SMITH, 1993). Adota-se a necessária articulação das escalas, dentro de uma perspectiva relacional que procura destacar o caráter histórico, socialmente construído e dinâmico das escalas.

**Capacidade Institucional para o desenvolvimento regional:** a capacidade institucional tem sido objeto de atenção por parte de organismos internacionais e governos, sobretudo no que diz respeito a elaboração / implementação / avaliação / monitoramento de políticas públicas. Entendida de forma simplificada como “estrutura e os processos organizacionais e administrativos de instituições públicas e privadas que viabilizam objetivos e metas

concretizados em setores, programas e projetos” (MARTINS e FERNANDES, 2015, p. 815), deverá se apresentar como aspecto fundamental e transversal a todos os temas a serem trabalhados no PDRS, visto que está diretamente relacionada à governabilidade, à transparência e à eficácia da ação pública (FERNANDES, 2016), aspectos decisivos para a promoção do desenvolvimento regional sustentável.

**Sustentabilidade:** diferentes matrizes discursivas têm sido associadas à noção de sustentabilidade, o que acaba levando, a uma noção que se pode recorrer para tornar objetivas, diferentes representações e ideias. Ressalta-se também, uma luta simbólica e de relações de poder, que se abre e que deve ser considerada, nos processos de desenvolvimento, pelo reconhecimento da autoridade para falar em sustentabilidade (ACSELRAD, 2001). Considerando estas imprecisões e com base nas orientações do plano de trabalho do PDRS, adota-se a noção de sustentabilidade submetida à lógica das práticas, que se articulam a efeitos sociais desejados, a funções práticas que o discurso/políticas públicas pretende tornar realidade objetiva. Parte-se de uma relação temporal (presente-futuro) que considera “sustentáveis as práticas que se pretendam compatíveis com a qualidade futura postulada como desejável” (ACSELRAD, 2001 p. 29), com forte atenção à questão ambiental, certamente, somadas à sustentabilidade econômica e social, mas também com especial atenção à sustentabilidade política e cultural (MINAS GERAIS, 2011).

## 2. Metodologia do Arranjo 1 para a elaboração das diretrizes para o Plano de Ação do PDRS

A partir do referencial teórico, das premissas estabelecidas e da necessidade de buscar uma integração e interdisciplinaridade na elaboração do PDRS – Arranjo 1 foi definida uma metodologia geral do Arranjo 1, que direcionou a divisão temática, a composição e estrutura organizacional da equipe, as atividades/ações conjuntas desse arranjo, o processo de participação social, a consolidação do diagnóstico integrado e a elaboração das diretrizes, objeto deste produto.

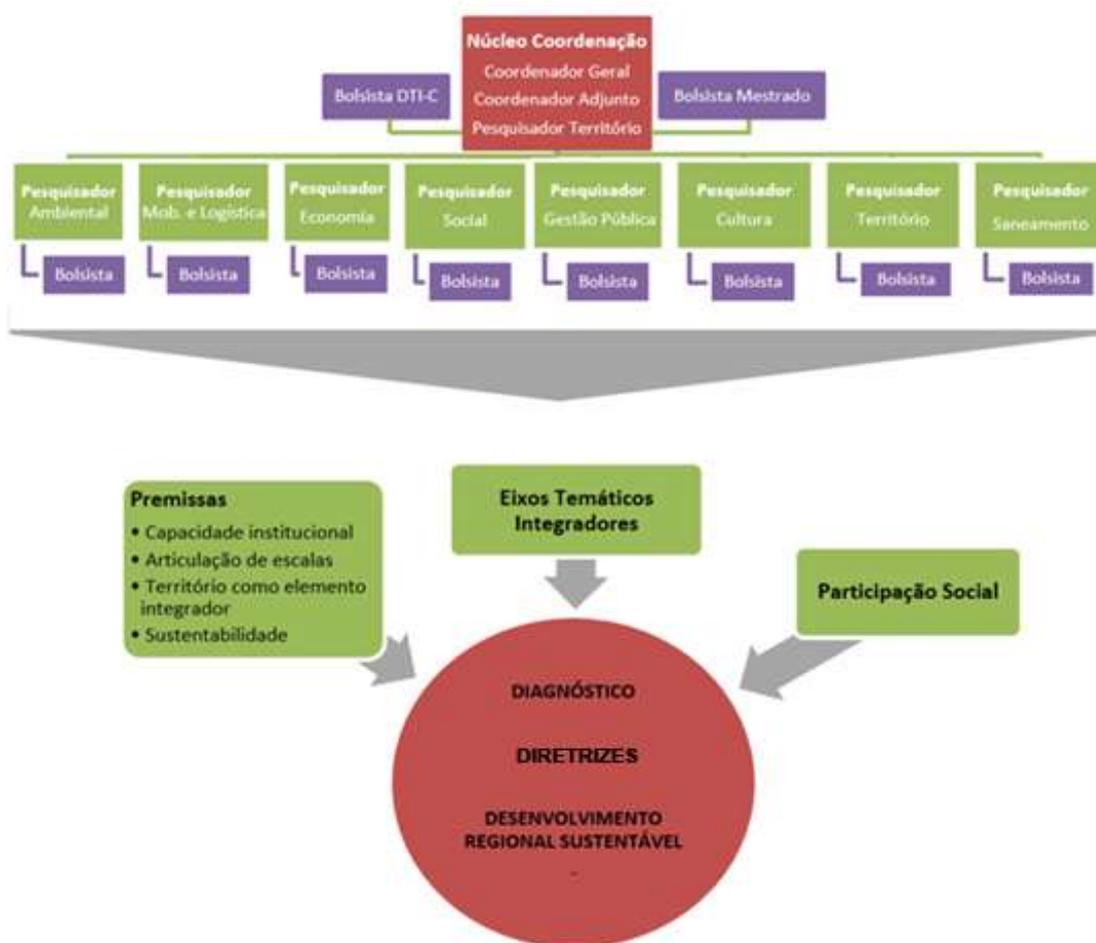
Neste sentido, cabe ressaltar alguns aspectos da metodologia geral do arranjo para o melhor entendimento da construção das diretrizes do PDRS. A estrutura organizacional do Arranjo 1, sintetizada na Figura 1, apresenta um Núcleo de Coordenação (NC) composto por um grupo de pesquisadores responsáveis pela coordenação técnica e administrativa da pesquisa. Compõem o NC a coordenadora geral, representante da Universidade Federal do Espírito Santo, o coordenador adjunto, o pesquisador responsável pela Área Temática Território e dois pesquisadores de apoio às atividades técnicas e administrativas do NC. Cada Área Temática (AT) é composta por um professor pesquisador responsável, auxiliado por um ou mais bolsistas pesquisadores de apoio à AT. Foi fundamental a participação de pesquisadores voluntários, na composição da equipe técnica do Arranjo 1, com importantes contribuições para a pesquisa, em função dos recursos financeiros disponibilizados pelo convênio, para esse arranjo, terem sido inferiores em relação aos demais.

Os Pesquisadores das Áreas Temáticas (PAT) compõem um grupo multidisciplinar de pesquisadores, com experiência de participação em processos de planejamento do território, responsáveis no Arranjo 1 pela elaboração dos estudos temáticos do Diagnóstico Integrado, bem como, em conjunto com o Núcleo de Coordenação, pela elaboração das Diretrizes para o Plano de Ação.

No intuito de romper com as análises setoriais isoladas/lineares do diagnóstico e extrair evidências integradas para a elaboração do diagnóstico e das diretrizes, foram adotadas algumas ações principais: seminários internos de pesquisa do Arranjo 1, ações/atividades relacionadas ao processo de participação social e para a consolidação do diagnóstico, elaboração das diretrizes e definição de Eixos Temáticos Integradores (ETI).

A estrutura organizacional, divisão temática e os elementos integradores do Diagnóstico e das Diretrizes para o Plano de Ação do Arranjo 1 estão sintetizados a seguir:

Figura 1: Estrutura organizacional do arranjo 1.



Fonte: Elaborado por DRS- Arranjo 1, 2020.

Em função do contexto de incertezas, insegurança e excepcionalidade gerados pela pandemia de coronavírus (Covid-19) foi pactuado com a coordenação técnica do DRS (IJSN), que todas as atividades envolvendo a equipe técnica do Arranjo 1 seriam realizadas pelo modo tele presencial e em função disso, foi alterada e justificada a composição do orçamento, com aprovação da FAPES. A situação resultou na impossibilidade de realização de trabalhos de campo, bem como

na realização de todas as ações do processo de participação social por meio de videoconferências.

Para a operacionalização dos trabalhos e elaboração dos produtos previstos no Plano de Trabalho da pesquisa DRS foram realizados 4 tipos de atividades de interação, entre a equipe técnica da pesquisa, parceiros institucionais do DRS e atores sociais externos, a destacar:

- 1 Reuniões internas do Núcleo de Coordenação: reuniões de planejamento/trabalho das ações internas dos pesquisadores do Arranjo 1;
- 2 Reuniões externas com parceiros institucionais do DRS: reuniões de alinhamento e acompanhamento dos trabalhos envolvendo o NC do Arranjo 1, os demais arranjos e os parceiros institucionais do DRS;
- 3 Seminário Interno de Pesquisa do Arranjo 1: reuniões semanais de trabalho integrado envolvendo toda a equipe de pesquisadores do Arranjo 1;
- 4 Atividades do processo de participação social: conjunto de ações, realizadas entre os meses de agosto a novembro de 2020, voltadas para captar as demandas, os interesses, os problemas e as potencialidades junto aos atores sociais das microrregiões.

Considerando as limitações supracitadas relacionadas com a pandemia do Covid-19, o tempo/recursos disponíveis e a realização das eleições municipais no mesmo período, foram definidas as seguintes ações no processo de participação social de apoio ao diagnóstico e às presentes diretrizes, cuja metodologia e resultados estão detalhados no diagnóstico integrado:

- Seminários de Desenvolvimento Regional Sustentável do Arranjo 1, no formato de *lives* (canal YouTube: PDRS Arranjo 1);
- Pesquisa qualitativa *online* com os membros dos 2 Conselhos de Desenvolvimento Regional CDR – Microrregiões Litoral Sul e Central Sul;
- Seminários de Participação Social com os Conselhos de Desenvolvimento Regional das Microrregiões Litoral Sul e Central Sul;
- Contato com os 16 municípios das microrregiões para levantamento de dados e contatos voltados para a realização de reuniões/entrevistas com atores sociais estratégicos dos municípios;
- Reuniões e entrevistas por vídeo conferência promovidas pelos pesquisadores das Áreas Temáticas com representantes estratégicos do governo do estado do Espírito Santo, das prefeituras municipais e atores sociais das microrregiões;
- Pesquisa qualitativa *online* sobre capacidade institucional com os membros dos 2 Conselhos de Desenvolvimento Regional CDR – Microrregiões Litoral Sul e Central Sul;
- Pesquisa qualitativa *online* sobre a gestão fiscal com os secretários de finanças dos 16 municípios das Microrregiões Litoral Sul e Central Sul;
- Pesquisa qualitativa *online* sobre capacidade organizacional com os secretários de administração dos 16 municipais das Microrregiões Litoral Sul e Central Sul.

Para a consolidação e finalização do diagnóstico integrado foram realizadas algumas ações específicas, nos Seminários Internos de Pesquisa do Arranjo 1 e nas Reuniões internas do Núcleo de Coordenação, nos meses de novembro/dezembro de 2020.

Em um primeiro momento, nos Seminários Internos de Pesquisa do Arranjo 1 foram realizadas as seguintes ações: apresentação dos resultados de cada área temática por meio de quadro síntese, com o intuito de realizar o acompanhamento dos trabalhos; adequação aos itens solicitados na Nota Técnica 05 (IJSN, 2020a); identificação dos atores sociais envolvidos na pesquisa e a serem contactados; principais apontamentos do diagnóstico da área temática em relação às características principais, potencialidades, problemas e conflitos; interface com outras áreas temáticas e necessidade de complementação de informações no diagnóstico.

Em um segundo momento, foram apresentadas e debatidas as conclusões dos diagnósticos das microrregiões e os desafios para o Plano de Ação visando o desenvolvimento regional sustentável. Na oportunidade foi utilizado o aplicativo *Padlet*, ferramenta para registro da interação, entre a equipe de pesquisadores. Desta forma, cada pesquisador, ao final de sua apresentação, recebeu as contribuições, indicações de adequações/complementações e necessidades de integração registradas, no quadro virtual, compartilhado por toda a equipe. Os apontamentos foram utilizados pelos PAT para a finalização dos diagnósticos e pelo NC para a consolidação das evidências integradas.

Por fim, o NC, com base no conteúdo trabalhado nas duas ações anteriores, a leitura dos diagnósticos das AT e reuniões específicas, realizou a consolidação e finalização do diagnóstico integrado.

Tanto a consolidação do diagnóstico integrado, no seu item 5 (evidências integradas para o plano de ação), quanto a estruturação das diretrizes foram organizadas com base nos Eixos Integradores (EI), que buscam estimular a transversalidade entre as Áreas Temáticas (AT) trabalhadas no Diagnóstico e orientar a elaboração das Diretrizes de forma sistêmica e integrada. Os quatro EI definidos cumprem também, o importante papel de sinalizar para as questões prioritárias identificadas no diagnóstico das microrregiões, sendo eles:

#### **Eixo Integrador 1 – Conservação e valorização dos recursos hídricos e do patrimônio natural e cultural.**

O Eixo Integrador 1 expõe a centralidade que a questão ambiental e cultural assumem no mundo contemporâneo, conforme apontam o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), bem como a realidade demonstrada sobre a Microrregião. Neste sentido, considerando as características, potencialidades e fragilidades apontadas sobre a Microrregião Litoral Sul, busca-se adotar a conservação dos recursos naturais, com especial atenção aos recursos hídricos e as suas bacias hidrográficas como referenciais geográficos para o planejamento e manejo, uma unidade básica e comum regional para o gerenciamento ambiental. Compreende-se esse recurso natural como âncora dos processos regionais de desenvolvimento, elemento integrador das temáticas abordadas no diagnóstico e que deve envolver além das instituições e atores sociais tradicionais que trabalham com os recursos hídricos, a comunidade, as empresas, a propriedade privada e os municípios, todos responsáveis pela sustentabilidade.

A abordagem Cultural proposta visa superar a concepção materialista que restringe a produção cultural ao conjunto de objetos produzidos. Ao contrário de identificar fronteiras ou limites, e restringir o cultural à esfera bem delimitada do espaço social, busca-se trabalhar em suas múltiplas e indissociáveis articulações com outras dimensões, como a econômica e a política (HAESBAERT, 2008). Essa abordagem cultural integradora, por sua vez, remete ao conceito de território.

### **Eixo Integrador 2 - Enfrentamento das desigualdades socioespaciais.**

O Eixo Integrador redução das desigualdades socioespaciais, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) e a realidade diagnosticada na Microrregião Litoral Sul atua em uma perspectiva territorial e social, entendida como um processo no qual interagem as condições do território (estrutura de oportunidades) e as potencialidades da população que nele habita, visando a melhoria da qualidade de vida e o aumento da justiça social. Busca-se assim atuar na desigualdade de renda e na distribuição da riqueza dentro da Microrregião, nas condições materiais e imateriais de produção e reprodução da vida social, intervindo nas circunstâncias de pauperização, desemprego, discriminação, violências e de exclusão socioespacial dentre outras, que produzem populações vulnerabilizadas, invisibilizadas ou ainda, tidas como subalternizadas, com especial atenção às pessoas negras, mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência.

### **Eixo integrador 3 - Desenvolvimento sustentável da economia e da infraestrutura.**

O Eixo Integrador desenvolvimento sustentável da economia e da infraestrutura parte de uma visão crítica em relação à fragilidade estrutural da economia do Espírito Santo, com claros rebatimentos na Microrregião Litoral Sul, determinada pela restrita diversificação produtiva, sustentada basicamente em recursos naturais não renováveis e limitada base tecnológica/científica. Neste sentido, o eixo direciona o processo de desenvolvimento regional diretamente associado à diversificação da produção, de maneira articulada aos processos de aprendizagem e de geração de novos conhecimentos, e que garanta a produção, circulação e distribuição de bens, serviços e conhecimento com sustentabilidade ambiental para além do discurso, incorporando-a na prática, sem a qual não pode haver a sustentabilidade social e econômica. Trata-se de mudança estrutural que deve ocorrer a partir da utilização dos fatores e capacidades já existentes, por meio de um processo de "autodescoberta", com novos propósitos e prioridades. Neste processo, em consonância com as orientações do Banco Mundial (2012), os projetos infraestruturais devem possuir um caráter "transformacional", com iniciativas que produzam sinergias entre setores (transversalidade), visem à proteção do meio-ambiente (verdes), ao desenvolvimento social (inclusão) e à geração de benefícios territoriais (espaço).

### **Eixo Integrador 4 - Capacidade institucional para o desenvolvimento regional sustentável**

Considerando a transversalidade do tema, bem como a fragilidade identificada nas várias Áreas Temáticas do diagnóstico em relação à capacidade da gestão pública para a implementação dos planos e projetos relacionados aos processos de desenvolvimento socioespaciais na Microrregião Litoral Sul, o quarto e último Eixo Integrador busca articular a capacidade institucional para o desenvolvimento regional. O Eixo atua no conjunto de capacidades necessárias às instituições para a consecução dos objetivos de interesse público, remetendo à necessidade de gerir com eficácia a cooperação organizativa para o alcance dos objetivos do desenvolvimento regional sustentável. O Eixo atua no sentido de permitir tanto a expressão de valores instrumentais como políticos, não se limitando apenas aos meios, mas incorporando também valores sociais.

Com base nos Eixos Integradores e nas evidências integradas do diagnóstico foi estruturada uma matriz para orientar a elaboração das diretrizes pela equipe de pesquisadores do Arranjo 1, conforme Figura 2, que segue abaixo.

Considera-se, na metodologia do Arranjo 1, Diretriz a orientação que irá guiar e direcionar os rumos da elaboração das ações. São esses direcionamentos estabelecidos pelas diretrizes que deverão definir e regular o caminho a ser seguido pelo Plano de Ação. Neste sentido, as Diretrizes apresentadas neste documento, conformam o conjunto de instruções ou indicações para construção do Plano de Ação do PDRS, pelo governo do estado.

De forma articulada à definição supracitada, a metodologia do Arranjo 1 estruturou os trabalhos de formulação das diretrizes junto aos PAT de modo a alcançar macro diretrizes e respectivas diretrizes, vinculadas a cada um dos Eixos Integradores. A Macro Diretriz conforma uma orientação mais ampla e global que articula o conjunto de diretrizes, busca expressar o objetivo maior a ser alcançado com a implementação destas e os rumos a serem seguidos pela Microrregião no sentido do almejado desenvolvimento regional sustentável.

A matriz para elaboração das Diretrizes, nas 2 primeiras linhas da sua parte superior, apresenta a identificação da Microrregião (1. DIRETRIZES MICRORREGIÃO...) e do Eixo Integrador relacionado (2. EIXO INTEGRADOR...). Na terceira linha, é apresentada a Macro Diretriz (3. MACRO DIRETRIZ...), que articula o conjunto de diretrizes contidas na matriz.

Para a organização das diretrizes foram definidas três colunas de informações. Na primeira coluna (4. Evidências integradas do diagnóstico), são recuperadas de forma sintética as evidências integradas do diagnóstico (conclusões), que reúnem os principais potencialidades/desafios e problemas/fragilidades identificados na Microrregião, conforme resultados já indicados nos documentos referentes ao Diagnóstico Integrado da Microrregião Litoral Sul e o Sumário Executivo do Diagnóstico da Microrregião Litoral Sul.

Direcionados pelo Eixo Integrador e pela Macro Diretriz, e objetivando agir em relação às evidências/conclusões do diagnóstico, a segunda coluna (5. Diretrizes) apresenta as diretrizes que subsidiarão o plano de ação do PDRS. Cabe ressaltar que as respostas em termos de diretrizes, para cada uma das evidências integradas do diagnóstico apresentadas na matriz, não estão limitadas às diretrizes apresentadas na mesma linha das evidências. Considerando a integração e a complementaridade existente entre as diretrizes, a atuação destas em relação às evidências do diagnóstico devem ser consideradas no conjunto das diretrizes contidas em cada Macro Diretriz.

A terceira coluna (6. Horizonte Temporal) indica quais das cinco áreas temáticas prioritárias, definidas no Plano de Trabalho do DRS (Território, Ambiental, Social, Economia e Gestão Pública) estão relacionadas/articuladas com as diretrizes apresentadas. Ainda nesta terceira coluna é apresentado, para cada uma das diretrizes, o horizonte temporal considerado para a sua implementação, a saber: curto prazo – 4 anos; médio prazo – 10 anos; longo prazo – 15 anos.

**Figura 2: Matriz de orientação para elaboração das Diretrizes propostas pelo Arranjo 1**

<b>1. DIRETRIZES MICRORREGIÃO</b>		
<b>2. EIXO INTEGRADOR</b>		
<b>3. MACRO DIRETRIZ:</b>		
<b>4. Evidências Integradas do Diagnóstico</b>	<b>5. Diretrizes</b>	<b>6. Horizonte temporal</b>

### 7. Referência Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)



### 8. Áreas Temáticas do PDRS envolvidas na Macro Diretriz

Fonte: Elaborado por DRS- Arranjo 1, 2021.

Considerando a relevância que a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) apresenta para o desenvolvimento mundial, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), também foram adotados como referência para a elaboração das diretrizes do Arranjo 1.

Resultado de um processo global participativo, coordenado pela ONU e que envolveu governos, sociedade civil, iniciativa privada e instituições de pesquisa, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável abrange o desenvolvimento econômico, a erradicação da pobreza, da miséria e da fome, a inclusão social, a sustentabilidade ambiental e a boa governança em todos os níveis, incluindo paz e segurança. Os 17 ODS e as 169 metas de ação global, definidos na Agenda para alcance até 2030, abrangem as dimensões ambiental, econômica e social do desenvolvimento sustentável, de forma integrada e interrelacionada. É esperado que os países e os governos nacionais, nas diferentes escalas de atuação, incorporem estes ODS nas suas políticas, programas e planos de ação.

Neste sentido, a matriz proposta para elaboração das diretrizes, na sua parte final, apresenta linha (7. Referência Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)), indicando os ODS articulados pelo conjunto de diretrizes por Macro Diretriz. Na última linha da matriz (8. Áreas Temáticas do PDRS envolvidas na Macro Diretriz) são retomados de maneira ilustrativa por meio de ícones, as áreas temáticas prioritárias do PDRS que foram articuladas de modo mais representativo na Macro Diretriz.

Com base na matriz apresentada, a elaboração das diretrizes da Microrregião Litoral Sul envolveu três etapas principais. Na primeira etapa foi construída 1 matriz para cada um dos 4 Eixos Integradores, disponibilizada de modo compartilhado para registro da interação entre a equipe de pesquisadores, contendo as evidências integradas do diagnóstico. Na sequência a equipe de pesquisadores das AT foram divididos em duplas para iniciar a elaboração das macro diretrizes e diretrizes de forma compartilhada com todos os pesquisadores considerando o modo como cada matriz foi disponibilizada. A subdivisão dos pesquisadores em duplas buscou evitar a elaboração isolada de diretrizes por AT, de forma a estimular a transversalidade entre áreas e orientar a elaboração das diretrizes de modo sistêmico e orientado pelos Eixos Integradores. A produção compartilhada de cada dupla de pesquisadores pela forma como o documento para interação dos pesquisadores foi disponibilizado, permitiu exercitar, desde o primeiro momento, a construção integrada de macro diretrizes e diretrizes por toda a equipe.

Finalizado o preenchimento das matrizes referentes a cada um dos 4 Eixos Integradores, na segunda etapa, foram realizados 4 seminários internos de pesquisa do Arranjo 1 para apresentação, debate e pactuação do conjunto de macro diretrizes e diretrizes previamente

elaborados. Nos seminários foi possível também avaliar conjuntamente os marcos temporais definidos para cada Diretriz, bem como os ODS vinculados e AT diretamente envolvidas.

Por fim, a terceira etapa de elaboração das diretrizes envolveu reuniões específicas do Núcleo de Coordenação para revisão, consolidação e complementações do conjunto de macro diretrizes e diretrizes proposta para cada um dos 4 Eixos Integradores do Arranjo 1.

Cabe ressaltar a impossibilidade de debate e pactuação destas diretrizes com os agentes sociais da Microrregião Litoral Sul em função das limitações impostas pela pandemia do COVID-19, do cronograma da pesquisa DRS, das dificuldades de articulação com os Conselho de Desenvolvimento Regional (CDR), bem como as dificuldades geradas pelas mudanças de membros do CDR em função dos novos gestores municipais. Todavia, conforme explicitado no referencial teórico da pesquisa, é fundamental que esta pactuação ocorra, pois, uma mudança social positiva, não pode ser definida à revelia dos desejos e expectativas dos grupos sociais concretos, com seus valores próprios, suas particularidades histórico-geográficas, seus desejos e anseios. O almejado desenvolvimento regional sustentável, com a melhoria da qualidade de vida e o aumento da justiça social, somente poderá ser viabilizado por meio da autonomia coletiva e individual.

### 3. Macro diretrizes e Diretrizes do Arranjo 1 para o Plano de Ação do PDRS

As macro diretrizes e diretrizes elaboradas pela equipe de pesquisadores do Arranjo 1, para a Microrregião Litoral Sul, que visam subsidiar a construção, pelo governo do estado do Espírito Santo, do Plano de Ação de Desenvolvimento Regional Sustentável do Estado do Espírito Santo – PDRS/ES são apresentadas nos 4 Quadros que seguem, organizados por Eixos Integradores.

Quadro 1: Diretrizes do Eixo Integrador 01 – Conservação e valorização dos recursos hídricos e do patrimônio natural e cultural

<b>DIRETRIZES MICRORREGIÃO LITORAL SUL</b>		
<b>EIXO INTEGRADOR 01 – CONSERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS E DO PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL</b>		
<b>MACRO DIRETRIZ:</b>		
<b>1. Fortalecer a gestão dos recursos hídricos e de informações relacionadas e garantir a universalização do saneamento básico com sustentabilidade financeira/regulação e a Educação Ambiental formal e não-formal.</b>		
<b>Conclusões Integradas do Diagnóstico</b>	<b>Diretrizes</b>	<b>Horizonte temporal</b>
Situação muito crítica em relação ao balanço hídrico quantitativo e qualitativo em praticamente toda faixa costeira e parte do interior.	1.1 Fortalecer a gestão dos recursos hídricos na microrregião com a priorização da governança do Sistema Integrado de Gerenciamento e Monitoramento dos Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo (SIGERH/ES); dar visibilidade ao SIGERH junto a sociedade capixaba (cumprimento de suas atribuições – gestão compartilhada e participativa dos recursos hídricos); aprimorar legislação, decretos, resoluções, estrutura de pessoal, escritórios, equipamentos); fortalecimento institucional e dos entes/parceiros tais como AGERH, SEAMA, CBHs, IJSN, ANA1.	Curto Prazo
	1.2 Monitorar as disponibilidades hídricas quali-quantitativas.	Curto Prazo
	1.3 Ampliar a rede de monitoramento fluvial de água superficial abrangendo bacias e cursos fluviais importantes.	Curto Prazo

1 Agência Estadual de Recursos Hídricos (AGERH); Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEAMA); Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs); Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN); Agência Nacional de Águas (ANA).

	1.4 Disponibilizar banco de dados com informações sobre a qualidade das águas (superficiais e subterrâneas) dos principais corpos d'águas no Sistema Estadual de Informações em Recursos Hídricos.	Curto Prazo
	1.5 Adequar as demandas às disponibilidades hídricas em quantidade e qualidade (gestão das demandas).	Médio Prazo
Disponibilidade hídrica (Q90%) classificada como “baixa” com valores inferiores a 3,45%, com exceção para o baixo curso do rio Itapemirim; disponibilidade de água comprometida em quantidade e qualidade para necessidades humanas no período de alta estação do turismo; conflitos de usos pela água no setor rural e urbano; registros de crimes ambientais, como construção de barragens, captação de água sem licença ambiental/ desvio de drenagem, drenagem de áreas alagadas, poluição e supressão de áreas de preservação permanentes.	1.6 Estimar, cadastrar e sistematizar as demandas em quantidade e qualidade, tais como a implementação de outorgas sazonais e sistema automatizado de suporte e decisão quanto à emissão de outorgas.	Curto Prazo
	1.7 Elaborar relatórios trimestrais e anuais de conjuntura dos recursos hídricos referente à quantidade e qualidade para as águas superficiais e dar publicidade.	Curto Prazo
	1.8 Mapear a disponibilidade hídrica de águas superficiais e subsuperficiais indicando os <i>hotspots</i> /áreas críticas para estabelecimento de ações emergenciais.	Curto Prazo
Deficiência hídrica nos municípios litorâneos, incluindo também parte de Iconha e Rio Novo do Sul; conflitos de usos da água; crimes ambientais	1.9 Capacitar os usuários mais afetados, sobretudo nas áreas rurais, para conservação de água, solo e florestas.	Curto Prazo

<p>relacionados à abertura de lagoa; ampliação/reforma de represa/barragem; captação de recursos hídricos e irrigação irregular; construção de barragem; construção de barragem em Área de Preservação Permanente (APP); drenagem de brejo; lançamento de efluentes em curso d'água; desvio de curso hídrico; construção de poço escavado; construção de poço escavado em APP.</p> <p>Os usos das águas interiores apresentam conflitos em relação a poluição com substâncias químicas (sobretudo na área rural); poluição por despejo de águas servidas (residências e indústrias); construção de barragens; captação de água sem licença ambiental e desvio de drenagem; drenagem de áreas alagadas; poluição; supressão de APPs.</p>	<p>1.10 Ampliar projetos operantes e/ou executados visando a conservação de água, solo e vegetação, tais como o Projeto Barraginhas, Programa Reflorestar, projetos visando a contenção da erosão do solo.</p>	<p>Curto Prazo</p>
	<p>1.11 Realizar campanhas de comunicação e divulgação de boas práticas de conservação do solo e da água.</p>	<p>Curto Prazo</p>
<p>Queda no Índice de Qualidade de Água (IQA) de “BOM” para “RUIM” nos municípios da microrregião e situação a montante das bacias com o predomínio da qualidade “RUIM”.</p>	<p>1.12 Estabelecer metas de redução de cargas poluentes lançadas nos corpos hídricos pelos principais usos setoriais de água (industriais, geração de energia, mineração, aquicultura, navegação, turismo, lazer).</p>	<p>Médio Prazo</p>
	<p>1.13 Universalizar o esgotamento sanitário na microrregião.</p>	<p>Médio Prazo</p>

	1.14 Criar um centro regional com laboratório credenciado para análise da qualidade de águas interiores e costeiras e com atividades frequentes de Educação Ambiental formal e não-formal (o centro regional pode ser estabelecido em uma Unidade de Conservação existente como o Parque Sede da Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS Papagaio, em Anchieta – com a utilização de verba de compensação ambiental R\$ 2.312.679,79); no que tange às atividades de análises laboratoriais, pode-se estabelecer parceria público-privada (PPP) ou com instituições como o IFES Piúma.	Curto Prazo
Crise hídrica relacionada ao elevado consumo médio per capita de água, sobretudo nas áreas com forte presença da atividade do turismo e em função das perdas na distribuição de água.	1.15 Desenvolver um Plano microrregional de Educação Ambiental (formal e não-formal) que contemple projetos de sensibilização em relação ao elevado consumo de água.	Curto Prazo
	1.16 Investir em infraestrutura preventiva (reservatórios) associada à estratégia de redução de perdas na distribuição de água.	Médio Prazo
	1.17 Incrementar os meios de controle de consumo, a fim de evitar o impacto sobre as áreas naturais que envolvem o turismo de massa e incentivar projetos voltados para a produção de água.	Curto Prazo
Os índices de perdas na distribuição de água são elevados na microrregião, visto que se concentram no intervalo entre 20% a 32%.	1.18 Criar contratos de concessões dos serviços de abastecimento de água com incentivos e foco na redução de perdas.	Médio Prazo
	1.19 Avaliar as dificuldades para a setorização dos sistemas de abastecimento, acompanhado de um plano de médio e longo prazo com ações para o controle das perdas na distribuição.	Longo Prazo
	1.20 Implementar planos de gestão de perdas baseados no conhecimento do sistema, indicadores de desempenho e metas preestabelecidas.	Longo Prazo
	1.21 Aumentar o índice de hidrometração dos diversos sistemas e utilizar hidrômetros de maior precisão.	Médio Prazo

Lagoas naturais relativamente conservadas com potencial de lazer/turismo/valor cênico; necessidade de atenção para os municípios litorâneos e parte de Iconha com processos de eutrofização/poluição (águas servidas, defensivos agrícolas e resíduos sólidos); assoreamento/colmatação/aterros.	1.22 Desenvolver ações de monitoramento da qualidade das águas das lagoas naturais.	Curto Prazo
	1.23 Implementar ações de reflorestamento e proteção das margens das lagoas naturais (plantio de árvores nativas, mata ciliar).	Médio Prazo
Boa balneabilidade das praias para fins de recreação (com base nos dados entre 2005 e 2011), com exceção da Praia Central no município de Anchieta; as prefeituras dos municípios litorâneos não apresentam atualmente registros da balneabilidade.	1.24 Reativar e ampliar os pontos de monitoramento das águas costeiras.	Curto Prazo
	1.25 Elaborar e divulgar informações sobre a balneabilidade das praias.	Curto Prazo
Ocorrência de poluição das águas marítimas por embarcações (portos), gerando conflitos com a atividade pesqueira relevante da microrregião.	1.26 Ampliar a fiscalização e a orientação em relação aos usos de embarcações e as atividades de pesca.	Curto Prazo
Ausência de critérios comuns para a regularização de vazões em barramentos de médio e grande porte	1.27 Estabelecer critérios comuns de regularização de vazões em barramentos de médio e grande porte de forma a adequar as disponibilidades às demandas hídricas (gestão das disponibilidades nas secas e cheias – amortização de cheias a jusante do barramento).	Médio Prazo
	1.28 Atualizar e aprimorar estudos existentes do efeito cascata nas barragens e corredor fluvial a jusante.	Curto Prazo

(CGHs, PCHs e UHEs <sup>2</sup> ) e de estudos integrados do regime hidrológico e balanço hídrico dos locais que possuem barramentos de médio e grande porte.		
<b>Referências conceituais ODS:</b>		
		
		
		
<b>Áreas Temáticas do PDRS envolvidas na Macro Diretriz e Diretrizes</b>		
 AMBIENTAL	 TERRITÓRIO	 SOCIAL
 ECONOMIA	 GESTÃO PÚBLICA	
<b>MACRO DIRETRIZ:</b>		
<b>2. Garantir o direito à água de qualidade e acessível para todos.</b>		
<b>Conclusões Integradas do Diagnóstico</b>	<b>Diretrizes</b>	<b>Horizonte temporal</b>
Os Planos de Bacias hidrográficas localizadas na microrregião são recentes e aprofundados, apresentam diversos conflitos de usos a serem gerenciados e	2.1 Implementar os planos de ações propostos nos Planos de Bacias.	Longo Prazo

<sup>2</sup> Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs); Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs); Usinas Hidrelétricas (UHEs).

planos de ações a serem implantados na sua maioria.		
<p>O esgotamento sanitário é precário na microrregião, mais da metade dos municípios (Anchieta, Itapemirim, Marataízes, Piúma, Presidente Kennedy e Rio Novo do Sul) apresentam atendimento total de esgoto abaixo das médias do Espírito Santo (54,91%) e do Brasil (53,15%). O índice de esgoto tratado em relação à água consumida é inferior à 50% em mais da metade dos municípios da Microrregião (Alfredo Chaves, Anchieta, Iconha, Itapemirim e Piúma). Com exceção de Alfredo Chaves e Iconha, todos os municípios apresentaram resultados fora do padrão normativo para coliformes totais, enquanto que 4 municípios (Anchieta, Itapemirim, Marataízes e Piúma) não atenderam aos limites normativos para cloro residual em amostras de água para o abastecimento da população.</p> <p>Ausência de equiparação dos serviços de saneamento básico entre as zonas rural</p>	2.2 Universalizar o saneamento básico na microrregião, com a equiparação dos serviços entre áreas urbanas e rurais (a regionalização da prestação do serviço, a fim de contribuir para a viabilidade técnica e econômico-financeira, a criação de ganhos de escala e de eficiência é uma alternativa proposta pelo novo marco legal do saneamento básico - Lei nº 14.026/2020).	Longo Prazo
	2.3 Garantir saneamento básico como princípio do Sistema Único de Saúde em especial, para população em territórios com maiores concentrações de pobreza, questão racial e de gênero.	Médio Prazo
	2.4 Promover a apropriação social do serviço de esgotamento sanitário a ser disponibilizado para a população, com a sensibilização quanto aos riscos relacionados ao consumo de água não potável e quanto aos danos causados ao meio ambiente gerados pelos lançamentos irregulares de esgoto (Educação Ambiental formal e não-formal).	Curto Prazo
	2.5 Implantar sistemas individuais ou coletivos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em localidades que inviabilizam o fornecimento de tais serviços por rede.	Médio Prazo
	2.6 Capacitar a população, sobretudo a rural, para o adequado manuseio e manutenção de sistemas individuais ou coletivos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.	Curto Prazo
	2.7 Implementar consórcio de saneamento entre os municípios da microrregião Litoral Sul.	Curto Prazo

<p>e urbana como prioridade das políticas públicas na microrregião, bem como a instrução da população da área rural em relação à importância do saneamento básico no local.</p>	<p>2.8 Promover controle social democrático e transparência na gestão e regulação dos serviços de saneamento.</p>	<p>Curto Prazo</p>
<p>A regulação e fiscalização do saneamento básico nos municípios atualmente é falha e há ausência de marcos legais que aprovelem os Planos Municipais de Saneamento e instituem a Política Municipal de Saneamento Básico.</p> <p>Ausência de marco legal para os Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) dos municípios de Alfredo Chaves, Iconha, Itapemirim, Presidente Kennedy e Rio Novo do Sul, os quais não apresentam seus PMGIRS regulamentados por leis municipais, com destaque para Iconha, Itapemirim e Presidente Kennedy, cujas Políticas Municipais de Saneamento Básico também não se encontram instituídas legalmente.</p>	<p>2.9 Instituir e regulamentar legalmente as Políticas e Planos municipais referentes ao saneamento básico.</p>	<p>Curto Prazo</p>
	<p>2.10 Instituir e implementar os planos, conselhos e fundos municipais de saneamento (abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de água pluvial e a coleta e tratamento de resíduos sólidos).</p>	<p>Curto Prazo</p>
<p>Baixa sustentabilidade econômico-financeira do setor de saneamento básico na microrregião.</p>	<p>2.11 Estabelecer cobrança (taxa/tarifa) pela prestação dos serviços de saneamento básico compatível com a situação de renda da população.</p>	<p>Curto Prazo</p>

	2.12 Estabelecer legalmente as responsabilidades dos grandes geradores de resíduos, a fim de que arquem com os custos referentes aos resíduos por eles gerados.	Curto Prazo
	2.13 Evitar a isenção do pagamento dos serviços de água e esgoto.	Curto Prazo
Influência na densidade de drenagem, com potencial para inundação/enxurradas em trechos das bacias do médio e baixo curso do rio Benevente, baixo curso do rio Itapemirim e baixo curso do rio Itabapoana, sobretudo em relevos planos dos municípios de Alfredo Chaves, Iconha, Rio Novo do Sul, Piúma, Presidente Kennedy e Anchieta. Sobreposição de problemas de ordem hídrica, sanitária, habitacional e processos erosivos na orla.	2.14 Incorporar nos Planos Diretores Municipais/Planos de Urbanização a indicação das áreas susceptíveis às inundações, restringindo a ocupação ou ampliação de residências nessas áreas.	Curto Prazo
	2.15 Elaborar e implementar Planos de Redução de Risco para os municípios e/ou a nível regional/dentro de uma bacia.	Médio Prazo
	2.16 Implantar Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMDEC (escritórios da defesa civil) em locais estratégicos para eficiência na execução, coordenação e mobilização de todas as ações.	Curto Prazo
	2.17 Realizar campanhas de comunicação e divulgação pela defesa civil sobre as áreas de risco.	Curto Prazo
	2.18 Implantar Sistema de Alerta a Enchentes, Inundações e Deslizamentos (Rotas de Fuga, Abrigo e Atendimento) em locais com recorrência de desastres, envolvendo 1) defesa civil/corpo de bombeiros – estadual e municipal, 2) a população e 3) outros órgãos competentes.	Curto Prazo
Presença de erosão praial e supressão de habitats (mangue/restinga).	2.19 Implementar Projeto Orla de forma integrada com os Planos Diretores Municipais e criar um sistema de armazenamento de dados sobre registros de erosões e demais impactos na orla.	Médio Prazo

	2.20 Promover a Educação Ambiental formal e não-formal para a preservação do ambiente da orla.	Curto Prazo
	2.21 Estimular pesquisas relacionadas ao tema (atuação da FAPES com editais de pesquisa específicos).	Curto Prazo

**Referências conceituais ODS:**



**Áreas Temáticas do PDRS envolvidas na Macro Diretriz e Diretrizes**



**MACRO DIRETRIZ:**

**3. Promover o equilíbrio entre as infraestruturas e as características socioambientais com a geração de benefícios territoriais**

Conclusões Integradas do Diagnóstico	Diretrizes	Horizonte temporal
Existência de infraestruturas que oferecem risco tanto para as áreas ambientais, quanto para as ocupações humanas, tais como o entorno de minerodutos e gasodutos.	3.1 Controlar a reserva de faixas de domínio não edificantes no entorno de infraestruturas que ofereçam risco social e ambiental e analisar a viabilidade em áreas urbanas e previamente ocupadas.	Curto Prazo

<p>Supressão por queimadas em Remanescentes de Mata Atlântica, Unidades de Conservação (UC) e Corredores Ecológicos; UCs destituídas de Planos de Manejos; Planos de Manejo que necessitam de revisão/adequação e Projeto dos Corredores Ecológicos a serem implementados.</p>	<p>3.2 Implantar/revisar os Planos de Manejo com a incorporação nos Planos de estruturas para receber visitantes - usos múltiplos no interior das UCs em consonância com o plano de manejo, aprovado pelo conselho gestor da unidade (IEMA, Consórcio PPP3).</p>	<p>Longo Prazo</p>
	<p>3.3 Criar novas Unidades de Conservação na microrregião em áreas com vocação, tais como: ARIE – Monte Aghá; APA – Vale do Orobó - Monte Aghá; APA – Lagoas de Marataízes; APA – Alagados do Baixo Itabapoana (PK); APA – Restinga Litoral e Manguezal do Itabapoana Presidente Kennedy; APA – Pico do Serrote (PK e AV); RPPs – sobretudo em Alfredo Chaves; RPPs – no interior do Corredor Guanandy; ARIE – Ilha das Andorinhas (Marataízes).</p>	<p>Médio Prazo</p>
	<p>3.4 Criar banco de dados para o monitoramento dos focos de queimadas nas áreas de Remanescentes de Mata Atlântica, Unidades de Conservação (UC) e Corredores Ecológicos.</p>	<p>Curto Prazo</p>
	<p>3.5 Divulgar amplamente monitoramentos de queimadas e incêndios florestais do Estado.</p>	<p>Curto Prazo</p>
	<p>3.6 Intensificar ações de fiscalização e de Educação Ambiental formal e não-formal.</p>	<p>Curto Prazo</p>
<p>Processos de parcelamento do solo ilegais de formato urbano em áreas rurais, que demonstram a fragilidade do ordenamento territorial e das fiscalizações municipais.</p>	<p>3.7 Estabelecer e revisar os mecanismos de controle/legislação, efetivar ações de gestão territorial e fiscalização nas áreas rurais, em especial quanto aos usos e parcelamento do solo.</p>	<p>Curto Prazo</p>

3 Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA); Parceria Público-Privada (PPP).

Atividades de extração mineral e desencadeamento de processos erosivos associados à degradação da qualidade do solo e aumento do assoreamento em corpos hídricos, rebaixamento do lençol freático devido à remoção da camada minerável e impacto quanto ao lançamento de efluentes advindo do beneficiamento mineral.	3.8 Intensificar a fiscalização pelo órgão ambiental do plano de monitoramento das atividades de extração, verificando os parâmetros monitorados e a periodicidade das amostras, a exemplo da qualidade das águas afetadas pela atividade de mineração; particulados; emissão de ruído, entre outros.	Curto Prazo
	3.9. Elaborar e implementar programa de conscientização e capacitação das equipes e gerentes de mineradoras.	Curto Prazo
	3.10. Realizar Estudos de Impacto de Vizinhança.	Curto Prazo
	3.11 Fiscalizar a ficha descritiva dos programas de gestão da mineradora.	Curto
A exploração de petróleo no Parque das Baleias é uma atividade econômica relevante para a microrregião devido ao elevado volume de óleo extraído e, conseqüentemente, à geração de royalties para os municípios oriundos da atividade exploratória. Por outro lado, os possíveis vazamentos de óleo decorrentes dessa exploração geram uma externalidade negativa ao meio ambiente oceanográfico.	3.12 Reservar 10% dos recursos de royalties para a criação de um fundo de redução dos impactos e desigualdades socioambientais.	Curto Prazo
Empenho das ações estatais e do Planejamento Estratégico do estado (ES 2030) no setor logístico, na implantação de grandes complexos portuários e	3.13 Garantir que a atuação no campo logístico, nas várias escalas, valorize os atributos e particularidades preexistentes no território microrregional, buscando a diversificação apoiada em desenvolvimento ambiental e socialmente sustentáveis.	Curto Prazo

vinculados à cadeia de petróleo e gás natural;		
<p>Fragilidade de infraestruturas em áreas sujeitas à eventos naturais, tais como chuva, principalmente nos municípios ao norte da microrregião. Conflitos entre áreas edificadas e ambientais, com sobreposições em mangues, restinga e mata nativa/em regeneração, sobretudo nos dois extremos da ocupação litorânea, nos municípios de Presidente Kennedy e Anchieta.</p> <p>Quantidade significativa de imóveis em situação de risco, segundo a Defesa Civil, principalmente em Alfredo Chaves.</p> <p>A maioria dos aglomerados subnormais está localizada próxima às áreas de risco e nos municípios de Iconha e Rio Novo do Sul ainda há coincidência com áreas suscetíveis à inundação.</p> <p>Direcionamento frequente de investimentos volumosos na recuperação de áreas e infraestruturas impactadas pelas chuvas.</p>	<p>3.14 Mapear áreas e infraestruturas suscetíveis a inundações ou outros impactos e riscos ambientais, tais como alagamentos, deslizamentos, rupturas, entre outros.</p> <p>3.15 Elaborar plano de ação, envolvendo a Defesa Civil, de forma preventiva e, para situações imprevistas e criar plano de respostas e recuperação com abrangência microrregional, baseado no histórico.</p> <p>3.16 Verificar fragilidades ambientais e a possibilidade de identificar desvios ou de construir acessos em áreas de menor risco.</p>	<p>Curto Prazo</p> <p>Médio Prazo</p> <p>Médio Prazo</p>
<b>Referências conceituais ODS:</b>		



Áreas Temáticas do PDRS envolvidas na Macro Diretriz e Diretrizes:



**MACRO DIRETRIZ:**

**4. Integrar o turismo litorâneo com outras modalidades turísticas, valorizar e adensar a cadeia produtiva da pesca artesanal.**

Conclusões Integradas do Diagnóstico	Diretrizes	Horizonte temporal
Potencial turístico na microrregião para além do eixo praiano (ecoturismo e turismo de aventura).	4.1 Fomentar e viabilizar as atividades sustentáveis e não predatórias, atuando como contrapeso à sazonalidade, incentivando a permanência de investidores durante todo o ano.	Médio Prazo
	4.2 Incrementar e aprimorar a qualidade da informação na divulgação das possibilidades de turismo integrado entre os municípios, e entre o litoral e o interior.	Curto Prazo
	4.3 Qualificar/adequar a infraestrutura turística, valorizando o patrimônio natural e cultural.	Médio Prazo
	4.4 Incentivar a adesão e a integração de todos os municípios ao turismo regionalizado e à instância de governança turística.	Médio Prazo

	4.5 Divulgar roteiros e itinerários integrados.	Curto Prazo
	4.6 Promover mecanismos de compartilhamento do conhecimento sobre as características e particularidades da paisagem cultural e dos recursos naturais da área rural, incentivando o turismo e lazer na escala microrregional.	Curto Prazo
	4.7 Articular a infraestrutura da pesca artesanal, nos períodos de defeso e/ou ociosidade, para o incremento de atividades turísticas.	Curto Prazo
A aquicultura, liderada pela pesca artesanal, é uma das atividades principais de fonte de renda familiar, potencializada durante as altas temporadas turísticas/verão em decorrência do aumento de demanda. Além da prática artesanal, em Itapemirim, a pesca tem grande relevância com a presença da empresa Atum do Brasil; os pescados são um dos principais produtos da pauta exportadora da microrregião, sendo os Estados Unidos um dos maiores compradores.	4.8 Valorizar a pesca artesanal como um setor estratégico do desenvolvimento socioeconômico e cultural da microrregião.	Curto Prazo
	4.9 Desenvolver ações para a formação e o empoderamento das comunidades de pesca artesanal, com especial atenção às mulheres, para a ampliação da atuação política e fortalecimento das redes socio comunitárias.	Curto Prazo
	4.10 Reforçar estratégias tradicionais e de economia solidária vinculadas à geração de emprego e renda, bem como promover ações de capacitação empresarial e de cooperativismo para as comunidades de pesca artesanal.	Curto Prazo
	4.11 Capacitar a mão de obra das comunidades de pesca artesanal incluindo a diversificação das atividades produtivas.	Curto Prazo
	4.12 Fomentar os avanços tecnológicos e as áreas de telecomunicações tendo em vista a atividade das comunidades pesqueiras artesanais.	Curto Prazo
	4.13 Fomentar e apoiar ações de formação e qualificação profissional articuladas com a Educação Ambiental crítica, em especial relativas à legislação ambiental, a geração de trabalho e renda, letramento digital e de acesso a políticas e instituições ambientais.	Curto Prazo

	4.14 Garantir a permanência dos modos de vida e meios de subsistência das comunidades pesqueiras tradicionais.	Curto Prazo						
<b>Referências conceituais ODS:</b>								
								
<b>Áreas Temáticas do PDRS envolvidas na Macro Diretriz e Diretrizes:</b>								
 ECONOMIA	 AMBIENTAL	 TERRITÓRIO	 SOCIAL	 GESTÃO PÚBLICA				
<b>MACRO DIRETRIZ:</b>								
<b>5. Desenvolver ações e políticas que prezem pelo sentimento de pertencimento e identidade Microrregional, a partir da valorização do saber e fazer, das práticas culturais e microeconômicas, dos elementos de valor histórico-arquitetônico e das paisagens</b>								
<b>Conclusões Integradas do Diagnóstico</b>		<b>Diretrizes</b>					<b>Horizonte temporal</b>	
Dificuldade de promover um planejamento que considere os atributos locais/microrregionais como possibilidade central para o desenvolvimento. Desigualdade de acesso à informação e carência de valorização da diversidade dos atributos locais/ microrregionais.		5.1 Valorizar a Cultura, as comunidades, saberes e práticas tradicionais como um setor estratégico do desenvolvimento socioeconômico e ambiental da microrregião.					Curto Prazo	
		5.2 Desenvolver ações para a formação e o empoderamento das comunidades tradicionais, com especial atenção às mulheres, negros e jovens, para a ampliação da atuação política e o fortalecimento das redes socio comunitárias.					Curto Prazo	

<p>No município de Presidente Kennedy, a proposta de implantação do Porto Central no entorno imediato da Igreja Nossa Senhora da Neves, Patrimônio Estadual, coloca em risco a paisagem cultural do lugar e ameaça à integridade física do monumento colonial diante do alteamento do nível do solo em relação à área do bem tombado, especialmente se considerada a tendência de alagamentos historicamente registrada na região.</p>	<p>5.3 Promover a equidade no acesso à informação, em especial sobre as características locais associadas às particularidades locais, tais como os saberes, a cultura, a microeconomia, arquitetura, paisagem e história.</p>	<p>Curto Prazo</p>
	<p>5.4 Fortalecer os grupos comunitários e incentivar o envolvimento e a participação em ações de interesse comum no âmbito microrregional.</p>	<p>Curto Prazo</p>
	<p>5.5 Realizar mapeamento de informações microrregionais e organizar material de divulgação, com linguagem acessível, por meio de um canal facilitado de trocas e compartilhamento, tais como redes sociais, grupos, redes de solidariedade, websites, entre outros.</p>	<p>Curto Prazo</p>
	<p>5.6 Resguardar a paisagem cultural de entorno da Igreja Nossa Senhora das Neves.</p>	<p>Curto Prazo</p>

**Referências conceituais ODS:**



**Áreas Temáticas do PDRS envolvidas na Macro Diretriz e Diretrizes:**



Fonte: Elaborado por DRS – Arranjo 1, 2021.

Quadro 2: Diretrizes do Eixo Integrador 02 – Enfrentamento das desigualdades socioespaciais

<b>EIXO INTEGRADOR 02 – ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES SOCIOESPAIAIS</b>		
<b>MACRO DIRETRIZ:</b>		
<b>1. Promover a desconcentração ordenada e integrada dos equipamentos culturais, a diversidade e o consumo cultural</b>		
<b>Conclusões Integradas do Diagnóstico</b>	<b>Diretrizes</b>	<b>Horizonte temporal</b>
A concentração dos equipamentos culturais nos municípios ao norte da Litoral Sul e, mais especialmente, nas áreas urbanas das sedes municipais, restringe as oportunidades de produção e acesso à cultura, além de minimizar o convívio social proporcionado pelas atividades culturais. Carência de espaços capazes de oportunizar a realização das práticas artísticas (teatros, museus, centros de artesanatos, dentre outros) e o convívio social proporcionado pelas atividades culturais.	1.1 Fomentar a criação de espaços culturais alternativos fora das áreas urbanas, e que considere maior equilíbrio entre os municípios do litoral e do interior.	Curto Prazo
	1.2 Criar espaços culturais formais nas áreas urbanas.	Médio prazo
Potencial relacionado à diversidade cultural da Microrregião, que deve ser visibilizada, já que o território oportuniza a multiplicidade de experimentações ao visitante para além do turismo de balneários.	1.3 Criar mecanismos de apoio à permanência de manifestações culturais no âmbito da comunidade.	Curto Prazo
	1.4 Incentivar a realização das manifestações culturais em âmbito regional.	Curto Prazo
	1.5 Potencializar e divulgar as manifestações culturais por meio da criação de calendários regionais integrados.	Curto Prazo

Potencialidade relacionada a gastronomia e produtos locais e, ao mesmo tempo, ausência de ações regionalizadas de fomento à produção local.	1.6 Dar visibilidade às especificidades gastronômicas e produtos locais e integrá-los aos eventos estaduais e regionais	Curto Prazo
	1.7 Promover a qualificação dos serviços, infraestrutura e agregação de valor do setor de gastronomia, ampliando a competitividade regional.	Médio Prazo

#### Referências conceituais ODS



#### Áreas Temáticas do PDRS envolvidas na Macro Diretriz e Diretrizes



#### MACRO DIRETRIZ:

#### 2. Incentivar a diversificação turística com a adoção de modelos sustentáveis de turismo

Conclusões Integradas do Diagnóstico	Diretrizes	Horizonte temporal
A geração de empregos sazonais no setor turístico resulta na contratação informal com remuneração abaixo dos demais setores da economia, resultando na vulnerabilidade dos trabalhadores do	2.1 Promover a valorização e a “retenção” do profissional do setor turístico.	Curto Prazo
	2.2 Implementar modelos municipais de turismo com a perspectiva regional.	Longo Prazo
	2.3 Incrementar o turismo local tendo em vista os impactos da pandemia no setor.	Curto Prazo

setor e na baixa qualificação profissional dos empregados.	2.4 Capacitar a mão de obra do setor.	Curto Prazo
--	---------------------------------------	-------------

**Referências conceituais ODS:**



**Áreas Temáticas do PDRS envolvidas na Macro Diretriz e Diretrizes:**



**MACRO DIRETRIZ:**

**3. Potencializar o adensamento da cadeia produtiva setorial**

Conclusões Integradas do Diagnóstico	Diretrizes	Horizonte temporal
Insuficiência de apoio à produção de artesanato nas comunidades pesqueiras para participação em feiras e eventos.	3.1 Divulgar o artesanato produzido nas comunidades tradicionais.	Curto Prazo
	3.2 Desenvolver mecanismos de apoio de incentivo à participação dos artesãos nos eventos locais e regionais.	Curto Prazo
	3.3 Articular a produção local nos mercados estadual e nacional.	Médio Prazo
	3.4 Agregar valor à produção artesanal.	Médio Prazo

**Referências conceituais ODS:**



**Áreas Temáticas do PDRS envolvidas na Macro Diretriz e Diretrizes:**



**MACRO DIRETRIZ:**

**4. Reconhecer e valorizar a cultura de comunidades tradicionais e priorizar ações afirmativas<sup>4</sup> de combate às discriminações e desigualdades sociais**

Conclusões Integradas do Diagnóstico	Diretrizes	Horizonte temporal
Presença de comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas e pescadores artesanais) na microrregião, com ausência de reconhecimento e regularização fundiária, Baixa valorização das atividades econômicas, a exemplo das pesqueiras na cadeia produtiva da pesca artesanal.	4.1 Delimitar e reconhecer estes territórios e seu patrimônio histórico e cultural nas legislações municipais e estaduais.	Curto Prazo
	4.2 Desenvolver projetos de habitação de interesse social, regularização fundiária e qualificação da infraestrutura específicos para esses territórios.	Curto Prazo
	4.3 Promover acesso ao amplo conjunto de políticas sociais nestes territórios e implementar ações afirmativas.	Curto Prazo

<sup>4</sup> Segundo Piovesan (2005, p. 49), as ações afirmativas “constituem medidas especiais e temporárias que, buscando remediar um passado discriminatório, objetivam acelerar o processo com o alcance da igualdade substantiva por parte de grupos vulneráveis, como as minorias étnicas e raciais e as mulheres, entre outros grupos”.

	4.4 Desenvolver incentivos que garantam a permanência das tradições tanto no âmbito cotidiano das comunidades tradicionais quanto por meio de ações incorporadas ao calendário turístico capazes de dar visibilidade às manifestações e festejos locais.	Curto Prazo
--	--	-------------

**Referências conceituais ODS:**



**Áreas Temáticas do PDRS envolvidas na Macro Diretriz e Diretrizes:**



**MACRO DIRETRIZ:**

**5. Fomentar a diversificação econômica e adensar as cadeias produtivas com o aproveitamento das potencialidades locais e regionais**

Conclusões Integradas do Diagnóstico	Diretrizes	Horizonte temporal
A baixa diversificação de atividades econômicas, gera dependência local – em termos de arrecadação e impostos, geração de postos formais de trabalhos, capacitação de mão de obra, entre outros fatores - o que amplia a vulnerabilidade econômica e social em caso de choques externos, a exemplo	5.1 Promover as diferentes oportunidades de negócio nos municípios considerando as potencialidades das cadeias produtivas instaladas na microrregião.	Médio Prazo
	5.2 Propiciar infraestrutura para a instalação de negócios observando a complementaridade das economias locais.	Longo Prazo

docaso de Anchieta impactada pelo rompimento da barragem de rejeitos da Samarco (Vale/BHP Billiton), em Mariana/MG, que culminou no fechamento parcial das operações da Samarco no Espírito Santo.	5.3 Aumentar o grau de rentabilidade de economias locais e da economia regional.	Longo Prazo
	5.4 Incentivar o desenvolvimento tecnológico apropriado para a promoção da diversificação econômica nos âmbitos local e regional.	Médio Prazo
Ausência de fomento e baixa articulação dentro das cadeias produtivas, sobretudo no aproveitamento das ofertas locais, leva à busca por recursos externos, desconsiderando as potencialidades microrregionais, no que diz respeito ao capital humano, tecnológico e produtivo.	5.5 Incentivar e integrar a efetivação das oportunidades e potencialidades locais e regionais.	Médio Prazo
	5.6 Fomentar a participação nos mercados estadual, nacional e internacional.	Longo Prazo
	5.7 Propiciar a infraestrutura adequada ao desenvolvimento pleno das cadeias produtivas.	Longo Prazo
	5.8 Fomentar a capacitação do capital humano para fortalecimento das cadeias produtivas, podendo ser viabilizada por meio de parcerias com instituições de ensino técnico e superior.	Curto Prazo

**Referências conceituais ODS:**



**Áreas Temáticas do PDRS envolvidas na Macro Diretriz e Diretrizes:**



MACRO DIRETRIZ:		
6. Fortalecer a democracia		
Conclusões Integradas do Diagnóstico	Diretrizes	Horizonte temporal
Enfraquecimento da participação popular na gestão pública, devido à fragilidade na integração das políticas públicas e aos traços do patrimonialismo na estrutura social da microrregião.	6.1 Redesenhar a participação social nas políticas públicas - formulação, implementação, monitoramento e avaliação, propiciando integração de políticas públicas, diversificando e ampliando os atores sociais envolvidos e tornando esses espaços deliberativos no lugar de serem só consultivos.	Médio Prazo
	6.2 Criar mecanismos de participação social nos territórios a partir da gestão dos equipamentos públicos.	Curto Prazo
	6.3 Estimular maior equilíbrio na representatividade (sociedade civil x poder público, homens e mulheres/LGBTQIA+, representação de raça e etnia). Assegurar essa lógica também no CDRS.	Curto Prazo
	6.4 Garantir instrumentos de monitoramento e avaliação das políticas públicas.	Médio Prazo
	6.5 Garantir fundo, orçamento e recurso para a área social (principalmente durante e pós-pandemia de Covid-19).	Curto Prazo
	6.6 Necessidade de democratizar o acesso à informação, levando o conhecimento sobre as características microrregionais às escolas desde o ensino fundamental e fomentar a implementação de escolas família agrícola.	Curto Prazo

A falta de estruturação de um processo permanente de planejamento e gestão do território, corrobora para a ausência de controle social sobre o ordenamento territorial e fragiliza os processos de fiscalização urbana.	6.7 Estimular a participação social efetiva nos processos de planejamento, nas decisões relacionadas à implementação e permanente fiscalização de políticas públicas.	Curto Prazo
	6.8 Regulamentar Conselhos e Fundos Municipais de políticas urbanas setoriais.	Curto Prazo

**Referências conceituais ODS:**



**Áreas Temáticas do PDRS envolvidas na Macro Diretriz e Diretrizes:**



**MACRO DIRETRIZ:**

**7. Integrar políticas sociais, priorizando ações afirmativas**

Conclusões Integradas do Diagnóstico	Diretrizes	Horizonte temporal
Falta de integração entre as políticas sociais (modelo de gestão fragmentado e concorrente entre si), sobretudo no	7.1 Criar um modelo de integração local e regional entre as políticas da área social considerando as particularidades da microrregião e a interlocução entre as políticas sociais setoriais (assistência social, cidadania, educação, saúde e habitação, entre outras).	Curto Prazo

que diz respeito à falta de compreensão e de priorização da área social frente à política de definição de investimentos do Estado e dos municípios.	7.2 Inserir ações afirmativas nas políticas públicas relacionadas a todas as áreas do PDRS definindo interfaces prioritárias.	Curto Prazo
<b>Referências conceituais ODS:</b>		
      		
<b>Áreas Temáticas do PDRS envolvidas na Macro Diretriz e Diretrizes:</b>		
  <p>SOCIAL      GESTÃO PÚBLICA</p>		
<b>MACRO DIRETRIZ:</b>		
<b>8. Incentivar, estruturar e dinamizar uma rede de cidades policompacta, que promova a inclusão socioespacial, potencialize novas centralidades e microcentralidades e articule novas hierarquias microrregionais</b>		
<b>Conclusões Integradas do Diagnóstico</b>	<b>Diretrizes</b>	<b>Horizonte temporal</b>
Ausência de centralidade de nível intermediário e superior, que possa atender às demandas internas e minimizar fluxos que extrapolem a microrregião.	8.1 Estimular o desenvolvimento de incentivo às microcentralidades.	Longo Prazo
	8.2 Conformar hierarquias, promovendo acessos mais democráticos e processos de inclusão social.	Longo Prazo

Concentração de equipamentos e serviços públicos nas áreas urbanas litorâneas, com exceção de Presidente Kennedy e presença de aglomerados subnormais em municípios não litorâneos distantes de equipamentos de saúde.	8.3 Distribuir, de forma mais equânime, equipamentos e serviços públicos e privados, principalmente para os municípios afastados da costa litorânea, sobretudo a distribuição de equipamentos de saúde, para atender a demanda locacional dos aglomerados subnormais em municípios não litorâneos.	Longo Prazo
Concentração dos empregos formais nas áreas urbanas, em decorrência dos fatores mobilidade/gestão pública e concentrados nos setores administração pública, defesa e seguridade social.	8.4 Ampliar investimentos para a e criação de empregos formais para além da área urbana e diversificar as oportunidades de empregos formais nas áreas urbanas.	Longo Prazo
	8.5 Propiciar mobilidade aos trabalhadores para terem acesso às localidades fora da área urbana.	Longo Prazo
Identificação de problemas habitacionais sobrepostos e vinculados à déficit habitacional, presença de moradores em situação de rua/aglomerados subnormais e localização de habitações em áreas de risco.	8.6 Estabelecer prioridades para o enfrentamento das desigualdades socioespaciais no que tange aos moradores em situação de rua, projetos de reurbanização e regularização fundiária, inclusive para comunidades tradicionais, com implementação dos instrumentos urbanísticos e formação de banco de terras para provisão de moradias.	Médio Prazo
Historicamente, poucos programas habitacionais foram destinados à Microrregião, o que pode justificar acumulação de demanda, intensificada com atividades econômicas de grande vulto, não acompanhados por	8.7 Estimular políticas públicas de habitação social em nível municipal, estadual e federal integradas com políticas públicas setoriais, a exemplo das áreas saneamento básico e social.	Médio Prazo

implementação de política pública habitacional.		
Ausência de instrumentos de planejamento e gestão do território, com especial atenção a inexistência de Plano Diretor Urbano em Iconha e Rio Novo do Sul, a presença de Plano Local de Habitação Social somente em Anchieta e Marataízes e a existência de Plano de Redução de Risco somente em Iconha e Rio Novo do Sul, sem contemplar municípios litorâneos que passam por processos de erosão costeira.	8.8 Elaborar planos e ações que promovam a equidade sócio-espacial e ambiental, contemplando todos os municípios da microrregião, priorizando aqueles em que as situações sejam mais emergenciais.	Longo Prazo
Isolamento da sede de Presidente Kennedy em relação à rede de cidades da Microrregião Litoral Sul.	8.9 Oportunizar a integração do ponto de vista infraestrutural, de mobilidade e de serviços de Presidente Kennedy com os demais municípios no processo de planejamento microrregional.	Médio Prazo
Sistema de transporte tratado no âmbito municipal, ou por meio de concessões de linhas intermunicipais e interestaduais, dificultam o acesso da população a serviços e equipamentos públicos e comunitários, principalmente para população de menor renda e residente em áreas mais distantes dos centros urbanos.	8.10 Qualificar os sistemas de transporte intermunicipal, ampliando o acesso da população a serviços e equipamentos públicos e comunitários, principalmente à população de menor renda e residente em áreas mais distantes dos centros urbanos.	Médio Prazo

<p>Concentração de atividades especializadas em alguns municípios dificulta o acesso e amplia as distâncias dos deslocamentos, o que resulta em um acesso desigual e na manutenção desta condição, uma vez que áreas mais infraestruturadas tendem a receber mais equipamentos públicos.</p>	<p>8.11 Promover a descentralização, propondo a localização de novas atividades especializadas em municípios estratégicos da microrregião, reduzindo as desigualdades de acesso e as distâncias, de forma a equilibrar demandas por deslocamento e suprir as necessidades da população de modo mais equânime.</p>	<p>Longo Prazo</p>
<p>Dificuldade de acesso da população de menor renda e da área rural a serviços, equipamentos públicos e comunitários, tanto cotidianos, quanto especializados, devido às condições viárias e ao formato da oferta de transporte, concentrada nas áreas urbanas centrais, e entre centralidades.</p>	<p>8.12 Otimizar sistemas de transporte, ampliando o acesso da população a serviços, equipamentos públicos e comunitários, principalmente à população de menor renda e residente em áreas mais distantes dos centros urbanos.</p>	<p>Médio Prazo</p>
<p>Baixa urbanidade, principalmente em bairros periféricos e não infraestruturados, com rede viária e sistemas de transporte insuficientes para atendimento cotidiano - ausência de pavimentação e calçadas.</p>	<p>8.13 Identificar rotas prioritárias para investimentos viários em pavimentação, em especial nos eixos viários sentido leste-oeste, para melhor conexão entre litoral e os municípios do interior.</p>	<p>Longo Prazo</p>
<p>Baixa urbanidade, principalmente em bairros periféricos e não infraestruturados, com rede viária e sistemas de transporte insuficientes para atendimento cotidiano - ausência de pavimentação e calçadas.</p>	<p>8.14 Revisar e/ou implantar modelos de urbanização mais inclusivos e compactos, principalmente em bairros periféricos ou não infraestruturados, priorizando rede viária e sistemas de transporte inclusivos e de menor custo para a população.</p>	<p>Longo Prazo</p>
<p>Dificuldade de acesso dos habitantes das áreas rurais ao transporte coletivo - longos percursos a pé ou de bicicleta.</p>	<p>8.15 Implantar desenho viário e/ou sinalização que garanta segurança e permita a utilização de diferentes modais de transporte, bem como a integração modal (ônibus e bicicleta).</p>	<p>Médio Prazo</p>

**Referências conceituais ODS:**



**Áreas Temáticas do PDRS envolvidas na Macro Diretriz e Diretrizes:**



**MACRO DIRETRIZ:**

**9. Enfrentar a pobreza e desigualdades sociais, raciais, de gênero e sexualidade com respeito à diversidade e à vida**

Conclusões Integradas do Diagnóstico	Diretrizes	Horizonte temporal
Persistência das situações de pobreza, fortes desigualdades sociais e processos discriminatórios e excludentes, em especial, voltados às mulheres, negros, jovens negros e trabalhadores superexplorados agravados com a pandemia da Covid-19.	9.1 Ampliar o aporte institucional e de financiamento público para medidas/sistemas de proteção social e combate à pobreza.	Curto Prazo
	9.2 Implementar processos produtivos que agreguem os diferentes segmentos da população em seus territórios.	Médio Prazo
	9.3 Enfrentar a cultura do racismo e machismo nos espaços institucionais e educativos.	Curto Prazo
	9.4 Valorizar políticas de juventude e sua manutenção nos territórios por meio do acesso à cultura, educação, saúde, trabalho e à cidade.	Curto Prazo

	9.5 Criar mecanismos de fomento de contrapartidas de grandes produtores em fundos estaduais e municipais específicos de políticas sociais e cidadania.	Curto Prazo
	9.6 Qualificar serviços públicos para a potencialização dos diferentes sujeitos e respeito à diversidade religiosa, de gênero, entre outras.	Curto Prazo
	9.7 Fortalecer a participação de segmentos populacionais excluídos, nas esferas de decisão e gestão de políticas públicas.	Curto Prazo
	9.8 Combater a fome.	Curto Prazo
	9.9 Proteger a infância como portadora de futuro e o envelhecimento saudável.	Curto Prazo
Desvalorização humana e banalização da vida em relação à população negra, mulheres e juventude (somam as piores estatísticas sociais, de violência e violação de direitos)	9.10 Enfrentar todas as formas de higienização das cidades e processos eugênicos, transfóbicos, sexistas, machistas e xenofóbicos com valorização dos sujeitos que compõem o território.	Curto Prazo
	9.11 Elaborar campanhas de enfrentamento ao racismo, machismo, lgbtfobia e sexismo nos espaços públicos e valorizar as mulheres, negros e diversidades nos espaços públicos e de poder.	Curto Prazo
	9.12 Valorizar os grupos étnicos locais nas atividades educativas e culturais.	Curto Prazo
	9.13 Implementar ações afirmativas nos diferentes programas e ações governamentais e potencializar organizações e movimentos sociais que defendem a diversidade e os direitos humanos em espaços democráticos de gestão e nos territórios.	Médio Prazo

	9.14 Fortalecer políticas para a juventude, em especial, periférica, negra e diversa nas questões de gênero, religiosidade, entre outras.	Curto Prazo
--	---	-------------

**Referências conceituais ODS:**



**Áreas Temáticas do PDRS envolvidas na Macro Diretriz e Diretrizes:**



**MACRO DIRETRIZ:**

**10. Valorizar a vida e os direitos humanos**

Conclusões Integradas do Diagnóstico	Diretrizes	Horizonte temporal
Processos de violência e violação de direitos, com tendência de avanço conforme o crescimento de aglomerados urbanos.	10.1 Garantir a segurança urbana como paradigma do respeito à vida com a valorização da cidade educativa, preservação da diversidade e democratização dos espaços públicos.	Curto Prazo
	10.2 Avançar no processo preventivo com a ampliação de políticas públicas que evitem e reduzam a ação policial coercitiva nos territórios, com fortalecimento de práticas na área social e cultural no “Estado Presente”.	Médio Prazo
	10.3 Ampliar a rede de proteção às vítimas de violência na região, garantido aos municípios de menor porte o atendimento especializado.	Médio Prazo

	10.4 Reduzir a lógica punitivista para jovens pretos periféricos e implantar ações de prevenção e alternativas ao encarceramento deste segmento.	Curto Prazo
	10.5 Fortalecer o sistema de inteligência para enfrentamento à violência e promover maior articulação com sistema de justiça.	Curto Prazo
	10.6 Promover uma rede de proteção social, com base comunitária e educativa para ampliação da cultura e profusão dos direitos humanos.	Médio Prazo
	10.7 Promover processos permanentes de qualificação profissional de servidores e prestadores de serviços para atendimentos às mulheres, negros, idosos, jovens, LGBTQIA+ em situação de risco e vulnerabilidades sociais.	Curto Prazo

**Referências conceituais ODS:**



**Áreas Temáticas do PDRS envolvidas na Macro Diretriz e Diretrizes:**



**MACRO DIRETRIZ:**

**11. Acesso à educação como direito fundamental universal**

Conclusões Integradas do Diagnóstico	Diretrizes	Horizonte temporal
Demanda por ampliação da cobertura da rede escolar em todos os territórios – urbano e rural (da educação infantil ao ensino superior)	11.1 Ampliar a oferta da educação no campo para todos os segmentos da educação básica.	Curto Prazo
	11.2 Ampliar a cobertura da educação infantil.	Curto Prazo
	11.3 Fortalecer a Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos espaços urbanos e rural.	Curto Prazo
	11.4 Ampliar e fortalecer a rede de ensino técnico e tecnológico com cotas, políticas de acesso e permanência por parte do Estado.	Curto Prazo
	11.5 Fomentar políticas de acesso e permanência ao ensino superior para a juventude.	Curto Prazo
	11.6 Desenvolver estudos que articulem a dimensão social e diversidade humana na rede escolar e a implementação de legislação que trate da questão de gênero, diversidade, raça e democracia nos currículos escolares da educação básica.	Médio Prazo
	11.7 Fortalecer e ampliar as escolas família agrícola, valorizando a educação do campo, indígena e quilombola e implantando estruturas regionalizadas para o setor.	Médio Prazo

**Referências conceituais ODS:**



Áreas Temáticas do PDRS envolvidas na Macro Diretriz e Diretrizes:



MACRO DIRETRIZ:

12. Garantir territórios saudáveis e sustentáveis

Conclusões Integradas do Diagnóstico	Diretrizes	Horizonte temporal
Demanda pelo crescimento da rede SUS em relação ao atendimento especializado e pelo fortalecimento da atenção básica de saúde.	12.1 Fortalecer as Estratégias de Saúde da Família (ESF) nos espaços rurais e urbanos.	Curto Prazo
	12.2 Ampliar a cobertura de equipamentos regionalizados de saúde com melhor distribuição no território para atender a demanda dos municípios de menor porte e evitar deslocamentos para a Grande Vitória e Cachoeiro de Itapemirim para atendimento hospitalar e especializado.	Médio Prazo

Referências conceituais ODS:



Áreas Temáticas do PDRS envolvidas na Macro Diretriz e Diretrizes:



Fonte: Elaborado por DRS – Arranjo 1, 2021.

Quadro 3: Diretrizes do Eixo Integrador 03 – Desenvolvimento sustentável da economia e da infraestrutura

<b>EIXO INTEGRADOR 03 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ECONOMIA E DA INFRAESTRUTURA</b>		
<b>MACRO DIRETRIZ:</b>		
<b>1. Dinamizar a infraestrutura para as atividades econômicas e sociais locais e regionais, visando equidade no desenvolvimento</b>		
<b>Conclusões Integradas do Diagnóstico</b>	<b>Diretrizes</b>	<b>Horizonte temporal</b>
Dependência expressiva de infraestrutura para as atividades características da região, tais como a pesca, o turismo e o setor secundário; a falta de infraestrutura para a exportação de pescados faz com que a empresa do setor atuante na microrregião necessite escoar a produção por meio de aeroporto do estado do Rio de Janeiro.	1.1 Melhorar e integrar as vias de acesso para o escoamento da produção característica da microrregião a fim de reduzir o custo logístico.	Longo Prazo
	1.2 Melhorar a estrutura de apoio à pesca (ex: dragagem, estrutura portuária, comunicação e comercialização).	Longo Prazo
	1.3 Melhorar o ambiente de negócios da microrregião para a atração de novos investimentos vinculados às potencialidades locais.	Médio Prazo
Rede logística forma conexões de longa distância, associadas a grandes projetos (porto/indústria/exploração de petróleo e gás). Projetos logísticos atuais preveem atender demandas específicas de grandes setores econômicos.	1.4 Integrar projetos logísticos de transporte previstos e melhorias no escoamento de produtos dos municípios, estruturando a cadeia logística de forma a atender a economia em diferentes escalas.	Médio Prazo
	1.5 Promover investimentos permanentes em infraestrutura para o transporte microrregional considerando o aporte da cadeia logística de petróleo e gás.	Médio Prazo
Potencial relacionado ao modal ferroviário.	1.6 Estudar as possibilidades de revisão das funções da Ferrovia Centro Atlântica visando que permitam ampliar a integração regional e o uso	Médio Prazo

<p>A Ferrovia Centro Atlântica não atende às necessidades logísticas atuais, mas apresenta potencial para assumir novas funções pois conecta importantes áreas urbanas e históricas no Sul do Estado.</p>	<p>compartilhado envolvendo cargas e passageiros, favorecendo a economia, a população residente e turistas.</p>	
<p>Em relação ao Planejamento setorial na área de infraestrutura e transporte, a maior parte dos municípios não possui planejamento alinhado à Política nacional de Mobilidade Urbana (PNMU) na área de transporte. O transporte coletivo de passageiros apresenta diferenças de oferta significativas, tornando o acesso desigual. Em geral, são linhas municipais ou intermunicipais (concessões) atendendo prioritariamente aos núcleos urbanos.</p>	<p>1.7 Promover investimentos permanentes em infraestrutura para o transporte microrregional, os quais podem ser planejados seguindo as recomendações da PNMU, trazendo benefícios sociais e ambientais.</p>	<p>Curto Prazo</p>
	<p>1.8 Elaborar Planos de Mobilidade integrados às questões de arborização, da microacessibilidade e da vida cotidiana incentivando a sociabilidade, o pedestrianismo e o ciclismo na microrregião.</p>	<p>Curto Prazo</p>
	<p>1.9 Promover a urbanização de vias públicas de forma a oferecer conforto, segurança e atratividade dos modais de transporte mais sustentáveis, preparando e estendendo as redes para o transporte coletivo, transporte ativo e intermodal, tanto urbana quanto rural).</p>	<p>Médio Prazo</p>

<p>Sistema viário e redes de conexão compartilhadas entre fluxos de passagem e urbanos, com excessão da região norte de Anchieta. Entretanto, a microrregião não possui oferta e incentivo ao uso de transportes coletivos, à intermodalidade e multimodalidade.</p> <p>Desenho viário prioriza os deslocamentos motorizados, com baixa qualificação da infraestrutura para modais mais sustentáveis tanto nos deslocamentos intraurbanos quanto rurais. Calçadas com baixa qualidade e ausência de ciclovias.</p> <p>Ausência de Plano de Mobilidade Urbana nos municípios da microrregião, com exceção de Anchieta. Ausência de transporte ativo no caso de curtas distâncias.</p>		
<p>As melhorias realizadas na rodovia ES-164 e na rodovia ES – 375, privilegiam a ligação entre Vargem Alta e Iconha, o que possibilita uma nova ligação entre o</p>	<p>1.10 Facilitar o acesso à microrregião por meio de rodovias federais, estaduais e outras vias estratégicas para a integração entre microrregiões e com outros estados.</p>	<p>Médio Prazo</p>

<p>mar e a montanha atraindo, principalmente turistas provenientes de Minas Gerais. Microrregião estruturada a partir da ES-060, da BR-101 e rodovias estaduais. Ligações principais com Vitória, Cachoeiro de Itapemirim e Rio de Janeiro. Potencial conexão com a BR-262.</p>	<p>1.11 Reforçar as rotas turísticas e cotidianas, com melhorias em infraestrutura e pavimentação, favorecendo integração entre os municípios da microrregião com impactos econômicos associados a facilidades cotidianas, turismo, lazer e trabalho.</p>	<p>Médio Prazo</p>
<p>Concentração de oferta de telefonia móvel e internet em torno do litoral (entre Anchieta e Maratáizes) e da BR-101, nos principais núcleos urbanos. Embora de abrangência restrita, identifica-se o potencial relacionado à diversificação de tecnologias para acesso à internet na microrregião, tais como cabos metálicos, fibra ótica, rádio e satélite; assim como para a telefonia móvel.</p>	<p>1.12 Ampliar a cobertura de telefonia móvel e internet para inclusão da população em áreas periféricas e rurais</p>	<p>Curto Prazo</p>
	<p>1.13 Instituir redes comunitárias de acesso à internet, principalmente em áreas rurais.</p>	<p>Curto Prazo</p>
	<p>1.14 Priorizar investimentos para ampliar a abrangência e qualidade das redes de energia elétrica, internet e telefonia móvel, favorecendo o acesso remoto à informação.</p>	<p>Curto Prazo</p>

**Referências conceituais ODS**



**Áreas Temáticas do PDRS envolvidas na Macro Diretriz e Diretrizes**

   <b>MACRO DIRETRIZ:</b>		
<b>2. Atender adequadamente à demanda de infraestrutura turística</b>		
<b>Conclusões Integradas do Diagnóstico</b>	<b>Diretrizes</b>	<b>Horizonte temporal</b>
<p>O crescimento urbano gerado a partir da intensificação do uso turístico de massa não foi devidamente acompanhando pela previsão de infraestrutura urbana adequada à demanda sazonal, provocando déficit no abastecimento de água e na qualidade da internet, sobretudo nos meses de verão.</p>	2.1 Planejar a ampliação da rede de infraestrutura urbana existente e melhorar a qualidade dos serviços de abastecimento de água e internet oferecidos atualmente.	Médio Prazo
	2.2 Otimizar o uso da infraestrutura existente mediante campanhas de conscientização, especialmente nos meses de veraneio.	Curto Prazo
	2.3 Incentivar os contrafluxos, promovendo a atratividade das áreas mediante diversificação do uso turístico, no contexto microrregional e estadual, justificando investimentos em infraestrutura para essa variação de demanda.	Curto Prazo
	2.4 Considerar o potencial de ecoturismo da microrregião no planejamento e expansão do saneamento básico visando a universalização dos serviços.	Longo Prazo
<p>Microrregião com riquezas naturais, paisagens e remanescentes históricos e culturais, potenciais para o desenvolvimento na escala</p>	2.5 Estudar as possibilidades de criar e/ou otimizar as infraestruturas, de modo a atender não só às atividades econômicas de maior porte, mas também às demandas da população residente e de turistas.	Médio Prazo

<p>microrregional. Entretanto, as rotas não são facilmente identificadas e as infraestruturas ainda privilegiam fluxos de passagem e atendimento às demandas de setores específicos da economia. Carência de sinalização turística adequada.</p>	<p>2.6 Incentivar a indicação dos roteiros turísticos com placas de sinalização.</p>	<p>Curto Prazo</p>
--	--	--------------------

**Referências conceituais ODS**



**Áreas Temáticas do PDRS envolvidas na Macro Diretriz e Diretrizes**



MACRO DIRETRIZ:		
3. Implementar capacitação empresarial e laboral para o segmento turístico e cultural da Microrregião.		
Conclusões Integradas do Diagnóstico	Diretrizes	Horizonte temporal
Apenas os estabelecimentos de hospedagem de Anchieta alcançaram classificação positiva no Mapa do Turismo do Ministério do Turismo, indicando a necessidade de investimentos para qualificação da rede hoteleira nos demais municípios.	3.1 Incentivar a capacitação do empreendedor do setor turístico.	Curto Prazo
	3.2 Capacitar, de forma continuada, a mão de obra da cadeia produtiva do turismo.	Curto Prazo
	3.3 Incrementar o desenvolvimento turístico regionalizado a partir da hierarquização dos municípios da região, conforme previsto pelo MTur, estabelecendo as funções de cada município sob a perspectiva regional.	Médio Prazo
	3.4 Prever mecanismos de incentivo à inscrição dos prestadores de serviços junto ao Cadastur/MTur.	Curto Prazo
A diversidade de produtos artesanais e gastronômicos é uma potencialidade de valorização cultural da região, especialmente nos municípios menos desenvolvidos turisticamente como Presidente Kennedy, com o fabrico artesanal de farinha, e Iconha; com o pão de pernil de porco.	3.5 Promover articulações entre atores locais e as entidades governamentais com vistas à obtenção do Selo de Indicação Geográfica, cuja certificação colabora para a visibilidade e dinamização da economia local.	Médio Prazo
	3.6 Criar ferramentas de incentivos à produção artesanal e gastronômica local.	Curto Prazo
	3.7 Melhorar a infraestrutura de acesso aos locais de produção artesanal.	Médio Prazo

**Referências conceituais ODS**



**Áreas Temáticas do PDRS envolvidas na Macro Diretriz e Diretrizes**



**MACRO DIRETRIZ:**

**4. Fomentar uma cultura da inovação para o desenvolvimento inclusivo e sustentável**

<b>Conclusões Integradas do Diagnóstico</b>	<b>Diretrizes</b>	<b>Horizonte temporal</b>
<p>A presença do IFES em Piúma e a expertise com as incubadoras de ideias, além da presença de indústrias na microrregião potencialmente interessadas no setor de inovação, se apresentam como oportunidade.</p> <p>Fragilidade nos setores de serviços de informação e comunicação, limitam as possibilidades de desenvolvimento do</p>	4.1 Incentivar a realização de parcerias entre os setores públicos e privados para possível implementação de um Hub Criativo na região sul do estado.	Médio Prazo
	4.2 Implantar parcerias entre o IFES-Campus Piuma e o Governo Estadual no campo da inovação.	Curto Prazo
	4.3 Incentivar a cultura da inovação junto ao sistema escolar.	Curto Prazo
	4.4 Proporcionar infraestrutura para o desenvolvimento do “setor de inovação” na Microrregião.	Longo Prazo

capital intelectual e a inserção de atores locais no campo da inovação.	4.5 Promover, de forma contínua, a integração regional, estadual, nacional e internacional das iniciativas de desenvolvimento de inovação.	Longo Prazo
	4.6 Implementar uma incubadora de projetos, como meio de potencializar o capital intelectual dos atores locais.	Curto Prazo
Dependência de fontes geradoras de energia elétrica externas à microrregião. Baixa produção de energia por meio de fontes renováveis  Insuficiência no atendimento, principalmente em áreas rurais.  Baixa produção de energia elétrica e redes de alta tensão de Furnas não alcançam todos os municípios da microrregião.	4.7 Priorizar investimentos para o financiamento de projetos e a produção de energia com bases em recursos renováveis, aproveitando as condições favoráveis de ventos, luz solar e biomassa, com especial atenção ao fornecimento nas áreas rurais.	Curto Prazo
	4.8 Implantar sistemas híbridos de produção de energia utilizando linhas de financiamentos disponíveis no BANDES voltados para a Economia Verde.	Curto Prazo
	4.9 Melhorar a integração do município de Alfredo Chaves e Presidente Kennedy em relação às redes de alta tensão de energia elétrica.	Curto Prazo
Dificuldade de acesso dos habitantes das áreas rurais aos serviços e equipamentos públicos, acessibilidade comprometida. Longos percursos a pé ou de bicicleta.	4.10 Facilitar o acesso às áreas rurais por meio do transporte coletivo, com a possibilidade de modelos que ofereçam integração modal – ônibus e bicicleta – para complementação de percurso.	Curto Prazo
	4.11 Utilizar sistema inteligente para criar rotas para o transporte coletivo, como o utilizado no sistema escolar pela SEDU. Para isso, ampliar o acesso à tecnologia de internet e telefonia móvel.	Curto Prazo

<p>Potencial energético relacionado a oferta de gás natural que gera facilidades em múltiplas escalas.</p> <p>Características naturais da microrregião propiciam implantação de usinas de energia eólica no mar.</p>	<p>4.12 Avaliar a viabilidade da oferta de gás natural para consumo doméstico e de indústrias.</p>	<p>Curto Prazo</p>
--	--	--------------------

**Referências conceituais ODS**



**Áreas Temáticas do PDRS envolvidas na Macro Diretriz e Diretrizes**



**MACRO DIRETRIZ:**

**5. Promover equilíbrio no ordenamento territorial**

Conclusões Integradas do Diagnóstico	Diretrizes	Horizonte temporal
<p>Grandes extensões dos perímetros urbanos, especialmente em Anchieta e Presidente Kennedy.</p>	<p>5.1 Revisar os perímetros urbanos de determinados municípios visando a otimização de infraestrutura, aumento de densidade populacional em áreas efetivamente urbanizadas e desenvolvimento de zonas de transição entre o urbano e o rural.</p>	<p>Curto Prazo</p>

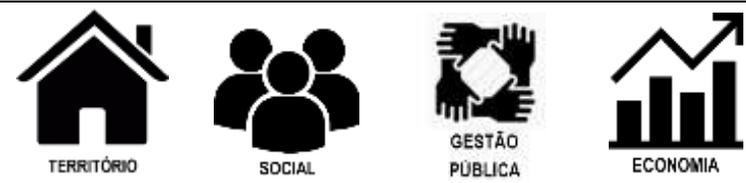
<p>Existência de diversos vazios em meio à mancha urbana principalmente nos municípios de Anchieta, Itapemirim, Presidente Kennedy e Marataízes.</p>	<p>5.2 Estabelecer maior controle de uso e ocupação do solo, por meio da contenção de processos de urbanização incipientes e fortalecendo o cumprimento da função social da propriedade.</p>	<p>Curto Prazo</p>
<p>Alta taxa de imóveis vazios identificadas sobretudo em municípios litorâneos.</p> <p>Identificação de fenômenos de metropolização que partem da RMGV em direção ao litoral sul com características de dispersão e fragmentação urbana, ocasionando espraiamentos da mancha urbana e tendência à processos de ordem especulativa.</p> <p>Concentração fundiária associada a expansão da mancha urbana e aos projetos industriais e infra estruturais no litoral.</p> <p>Projetos e atividades de grande impacto em áreas naturais e próximas a ocupações humanas preexistentes.</p>	<p>5.3 Estimular a implementação de instrumentos urbanísticos do Estatuto da Cidade, previstos nos Planos Diretores, de forma a vincular sua aplicação com a(s) zona(s) de uso específica(s).</p>	<p>Curto Prazo</p>
<p>Concentração de equipamentos públicos e comunitários e infraestrutura no entorno das áreas urbanas e litorâneas, principalmente ao norte. Embora exista</p>	<p>5.4 Promover a desconcentração de equipamentos e infraestrutura no entorno das áreas urbanas ao norte, juntamente com articulações viárias e com infraestruturas que possam ampliar os contra fluxos, visando equidade no desenvolvimento da rede de cidades.</p>	<p>Médio Prazo</p>

<p>uma rede ampla com várias interseções importantes, tal a concentração direciona o desenvolvimento em torno do litoral, principalmente em Anchieta, Píuma, Marataízes e Itapemirim.</p> <p>A rede viária e o sistema de transporte de passageiros intermunicipal direciona os fluxos para Cachoeiro de Itapemirim e Vitória, centralidade regional. Entretanto, existe um potencial para geração de contrafluxos, possibilitando o desenvolvimento mais equilibrado entre os municípios.</p>	5.5 Incrementar o turismo regionalizado aproveitando a proximidade entre os municípios e a infraestrutura existente, fomentando a integração litoral-interior e a distribuição de fluxos mais equilibrados.	Curto Prazo
	5.6 Aperfeiçoar e ampliar a oferta da infraestrutura digital e viabilizar acesso a informação e serviços a fim de reduzir a necessidade de deslocamento.	Curto Prazo
	5.7 Incentivar as microcentralidades a partir da desconcentração de equipamentos comunitários, para fortalecer a integração da rede de cidades e atender as vocação/necessidade de cada município, de forma a promover maior equidade sócio espacial na relação cotidiana de deslocamento.	Médio Prazo

**Referências conceituais ODS**



**Áreas Temáticas do PDRS envolvidas na Macro Diretriz e Diretrizes**



MACRO DIRETRIZ:		
6. Promover a valorização e a infraestrutura para o desenvolvimento rural		
Conclusões Integradas do Diagnóstico	Diretrizes	Horizonte temporal
Dada a importância das atividades rurais na região sul do estado, a dificuldade de acesso físico, tecnológico e da informação é um fator que limita o desenvolvimento dos potenciais e a manutenção dos atributos existentes.	6.1 Potencializar as atividades rurais existentes, por meio da qualificação do acesso, da identificação e da hierarquização das conexões urbanas, com base nas áreas de concentração de atividades e atrativos.	Curto Prazo
Média de automóveis por habitante acima da média estadual indica a necessidade de investigação da qualidade e do atendimento do transporte local e microrregional. Sobreposição de fluxos humanos e de cargas nas vias entre núcleos urbanos e áreas produtivas e rurais. Desenho viário prioriza tráfego de veículos e mostra-se insuficiente para modais não motorizados, como o transporte ativo.	6.2 Implantar infraestruturas rodoviárias com desenho mais seguro, oferecendo conforto para os deslocamentos entre áreas urbanas e entre áreas rurais permitindo o uso de diversos modos de deslocamento, inclusive o transporte ativo.	Médio Prazo
Segregação dos meios de transporte coletivo – municipal, concessões e escolar – e modelo predominante rodoviário, com ausência de	6.3 Facilitar o acesso às áreas rurais por meio do transporte coletivo, com a possibilidade de modelos que ofereçam integração modal – ônibus e bicicleta (que pode ser transportada junto ao veículo) – para complementação de percurso.	Curto Prazo

integração modal (bicicleta e ônibus, por exemplo).		
Potencialidade para o turismo rural, ainda pouco explorado. Existência de escolas família agrícola. Representatividade quantitativa de pequenas propriedades e da agricultura familiar, mas com ocorrência de concentração fundiária.	6.4 Fomentar a agricultura familiar de maneira articulada com as Escolas Família Agrícola e as possibilidades associativas bem como promover cursos de empreendedorismo para jovens do campo.	Curto Prazo
Ocorrência de concentração fundiária, principalmente em Itapemirim e Presidente Kennedy. Existência de assentamentos do INCRA em Presidente Kennedy e Itapemirim.	6.5 Incentivar a produção e o turismo rural por meio da melhoria do acesso físico e virtual visando inclusive roteiros para ecoturismo e áreas de valor cênico fora ou no entorno das UCs, sobretudo no interior de corredores ecológicos estabelecidos pelo IBAMA/IEMA.	Curto Prazo
	6.6 Estimular assentamentos do INCRA de modo a reduzir a concentração fundiária e o déficit habitacional rural.	Médio Prazo

#### Referências conceituais ODS



#### Áreas Temáticas do PDRS envolvidas na Macro Diretriz e Diretrizes



Fonte: Elaborado por DRS – Arranjo 1, 2021.

Quadro 4: Diretrizes do Eixo Integrador 04 – Capacidade institucional para o desenvolvimento regional sustentável

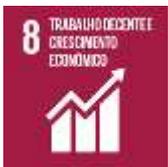
<b>EIXO INTEGRADOR 04 – CAPACIDADE INSTITUCIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL</b>		
<b>MACRO DIRETRIZ:</b>		
<b>1. Valorizar o capital intelectual e promover estruturas organizacionais flexíveis, modernização administrativa, sustentabilidade fiscal e responsabilidade social</b>		
<b>Conclusões Integradas do Diagnóstico</b>	<b>Diretrizes</b>	<b>Horizonte temporal</b>
Evidências indicam que todos os municípios da microrregião possuem planos de cargos e salários, mas a capacitação profissional, que pode melhorar a qualificação e os salários, não é valorizada por todos os municípios. Metade dos servidores municipais não são estatutários e tem nível salarial abaixo da média nacional, representando grande risco à qualidade dos recursos humanos; quanto ao grau de escolaridade, encontram-se acima da média nacional.	1.1 Implementar escola de governo microrregional, e promover parcerias com Intituições de Ensino Superior – IES voltadas para a capacitação profissional e a elaboração, execução, monitoramento e avaliação de planos, programas e projetos de interesse governamental.	Curto Prazo
As estruturas organizacionais dos municípios apresentam um organograma tradicional, com rígida hierarquia, fluxo decisório de cima para	1.2 Criar estruturas organizacionais mais horizontais e mais abrangentes que permitam tratar as políticas setoriais de forma integrada, como exemplo: grupo de trabalho das políticas sociais; grupo de trabalho das políticas urbano ambientais; grupo de trabalho das atividades meio.	Curto Prazo

baixo, evidenciando o topo da organização.	1.3 Incentivar a formação do conselho da cidade em municípios pequenos, de forma a integrar políticas setoriais complementares.	Curto Prazo
Alguns municípios possuem plano com metas definidas para ampliação do uso das TICs na administração municipal, mas nenhum aderiu aos programas existentes de modernização administrativa e tributária. Os municípios apresentam desempenho das despesas com pessoal abaixo do limite de alerta de 48,6%, todavia, a grande maioria deles recebeu a classificação crítica ou em dificuldades com relação aos gastos com pessoal, ocasionando grande rigidez no orçamento.	1.4 Estimular os municípios a aderir aos programas de modernização administrativa oferecidos pelos bancos públicos, a fim de apoiar projetos de investimento destinados ao fortalecimento das capacidades gerencial, normativa, operacional e tecnológica da administração municipal.	Curto Prazo
	1.5 Incentivar ações integradas microrregionais, visando uma política de incremento das receitas próprias, tais como: IPTU, ISS e ITBI.	Curto Prazo

**Referências conceituais ODS**



**Áreas Temáticas do PDRS envolvidas na Macro Diretriz e Diretrizes**

  				
MACRO DIRETRIZ:				
2. Melhorar as condições de formalização de empresas				
Conclusões Integradas do Diagnóstico	Diretrizes	Horizonte temporal		
Baixa institucionalização/ formalização das micro e pequenas empresas do setor de economia criativa.	2.1 Incrementar incentivos fiscais regionais e estaduais, preferencialmente para micro e pequenas empresas, articulados às potencialidades e sustentabilidade local.	Curto Prazo		
	2.2 “Desburocratizar” as condições para a abertura e fechamento de empresas.	Curto Prazo		
	2.3 Incentivar parcerias institucionais para a orientação e capacitação da população local quanto à formalização de empresas.	Curto Prazo		
	2.4 Incentivar a participação de micro e pequenas empresas da economia criativa em eventos locais ou externos do setor, tais como as feiras temáticas.	Curto Prazo		
Referências conceituais ODS				
				
Áreas Temáticas do PDRS envolvidas na Macro Diretriz e Diretrizes				



**MACRO DIRETRIZ:**

**3. Implementar e/ou consolidar os Sistemas Municipais de Cultura e fomentar a produção cultural por meio de políticas públicas**

Conclusões Integradas do Diagnóstico	Diretrizes	Horizonte temporal
<p>Inconsistência ou inexistência de políticas públicas efetivas para o fomento à cultura, tendo em vista a falta de recursos humanos e de institucionalização do apoio à cultura (equipes reduzidas, predominância de pastas compartilhadas). A ausência de Sistema Municipal de Cultura em alguns municípios, evidencia a precariedade das instâncias de participação social na gestão da cultura, reduzindo a equidade no aporte de recursos destinados ao setor.</p>	<p>3.1 Fornecer infraestrutura de apoio à efetivação de políticas públicas vinculadas ao Sistema Municipal e Estadual de Cultura, ampliar e capacitar o quadro de pessoal destinado à área da cultura.</p>	<p>Médio Prazo</p>
	<p>3.2 Garantir o aporte orçamentário e financeiro para a implementação das políticas públicas de valorização da cultura.</p>	<p>Curto Prazo</p>
	<p>3.3 Estimular a realização de Conferências Municipais de Cultura e, conforme estabelecido no Plano Estadual de Cultura, realizar a Conferência Estadual de Cultura.</p>	<p>Curto Prazo</p>
	<p>3.4 Regulamentar o Sistema Municipal de Cultura, garantindo o funcionamento do Conselho, a instituição do Fundo de incentivo e a elaboração do Plano de Cultura.</p>	<p>Curto Prazo</p>
	<p>3.5 Aderir aos Sistemas Estadual e Nacional de Cultura.</p>	<p>Curto Prazo</p>

**Referências conceituais ODS**



**Áreas Temáticas do PDRS envolvidas na Macro Diretriz e Diretrizes**

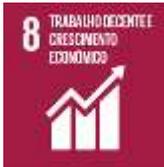


**MACRO DIRETRIZ:**

**4. Fortalecer as instituições de governança na área do turismo**

Conclusões Integradas do Diagnóstico	Diretrizes	Horizonte temporal
A regionalização do turismo é debilitada pela adesão de apenas 4 dos 8 municípios da Região Turística da Costa e da Imigração.	4.1 Incentivar a participação dos municípios nas instância de governança e implementar circuitos temáticos e itinerários intermunicipais, fortalecendo o turismo regionalizado na Região Turística da Costa e da Imigração.	Médio Prazo
	4.2 Incentivar e garantir a permanência das tradições tanto no âmbito cotidiano das comunidades tradicionais quanto através de eventos incorporados ao calendário turístico capazes de dar visibilidade às manifestações e festejos locais.	Médio Prazo

**Referências conceituais ODS**

				
<b>Áreas Temáticas do PDRS envolvidas na Macro Diretriz e Diretrizes</b>				
 ECONOMIA	 GESTÃO PÚBLICA	 SOCIAL		
<b>MACRO DIRETRIZ:</b>				
<b>5. Instrumentalizar e implementar mecanismos de planejamento e gestão do território integrado</b>				
<b>Conclusões Integradas do Diagnóstico</b>	<b>Diretrizes</b>		<b>Horizonte temporal</b>	
Os municípios da Microrregião Litoral Sul participam de consórcios identificados na região sul do estado e que extrapolam os limites geográficos envolvendo municípios de outras microrregiões. Pressões externas, como a implantação de grandes projetos, ou internas, como as demandas da saúde, parecem mobilizar mais os prefeitos para se consorciarem e propor soluções compartilhadas.	5.1 Adequar a divisão microrregional às dinâmicas territoriais de maneira flexível e em consonância com critérios multidimensionais.		Médio Prazo	

Devido à carência de informações sobre drenagem e manejo das águas pluviais nos municípios da microrregião, não foi viável a realização de um diagnóstico para fins de planejamento microrregional.	5.2 Atualizar (mapear e cadastrar) informações referentes aos sistemas municipais de drenagem e manejo das águas pluviais.	Curto Prazo
	5.3 Melhorar a eficiência das ações dos governos e coordenadorias municipais de Defesa Civil (COMDEC) nos eventos de inundações/deslizamentos e demais riscos.	Curto Prazo
Dificuldade de localização <i>online</i> de alguns Planos Municipais e dos respectivos produtos, bem como das legislações municipais referentes a tais planos, seja na página web das prefeituras ou das instituições que contribuíram na elaboração. Outro obstáculo foi a indisponibilidade de determinadas informações no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS - ano de 2018) referente aos serviços de saneamento básico prestados nos municípios da microrregião Litoral Sul.	5.4 Estruturar e qualificar a gestão do saneamento básico com corpo técnico capacitado na área e melhorar o acesso e a sistematização de informação referente ao setor.	Curto Prazo
Planos Setoriais não contemplados por completo em todos os municípios.	5.5 Regulamentar os Conselhos e Fundos Setoriais que ainda não foram instituídos e/ou não estão em atividade.	Curto Prazo

<p>Ausência e desatualizações de legislações urbanísticas básicas em alguns municípios. Fragilidades quanto a institucionalização e implementação de Conselhos e Fundos em relação aos Planos Setoriais. Apenas Anchieta e Marataízes possuem Plano Local de Habitação de Interesse Social, todavia, estes planos não foram instituídos como leis.</p>	<p>5.6 Instituir planos setoriais ainda não implementados e atualizar os existentes, e fomentar consorciações nas políticas setoriais, com vistas à integração microrregional.</p>	Médio Prazo
	<p>5.7 Expandir o suporte técnico do governo do estado ou por meio de ações consorciadas para fomentar a capacidade institucional, inclusive para captação de recursos e adesão a programas federal e estadual, visando política pública habitacional.</p>	Curto Prazo
<p>Ausência de mecanismos de ordenamento a nível microrregional.</p>	<p>5.8 Propor o Macrozoneamento Microrregional, estabelecendo de forma integrada Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), áreas de proteção e preservação ambiental, industriais e do patrimônio cultural, além de potencialidades das áreas rurais e aspectos de cunho histórico e produtivo.</p>	Curto Prazo
	<p>5.9 Publicizar informações e dados sobre a gestão do território e políticas urbanas setoriais.</p>	Curto Prazo
	<p>5.10 Utilizar a tecnologia para o planejamento de um transporte coletivo facilitado e compartilhado para deslocamentos cotidianos, com abrangência microrregional, regularidade e frequência, adequados às demandas, utilizando programas computacionais que auxiliem na gestão das linhas e acompanhamento dos usuários.</p>	Curto Prazo

<p>Transporte organizado nos âmbitos municipais e estadual direcionam os fluxos e reforçam centralidades e desigualdade no desenvolvimento microrregional.</p> <p>A SEDU atualmente utiliza, para o transporte escolar, sistema de gestão tecnológica de frota que é flexível e passível de integração às demandas municipais.</p>	<p>5.11 Monitorar estradas por meio de aporte tecnológico, com produção e compartilhamento de dados em plataforma interativa e atualizada instantaneamente.</p>	<p>Médio Prazo</p>
<p>Os acidentes são numerosos nas rodovias estaduais da microrregião e não foram encontrados dados sobre a localização e as condições das estradas nos trechos onde ocorrem.</p>	<p>5.12 Monitorar a segurança nas rodovias, com mapeamentos de áreas com maior ocorrência de acidentes.</p>	<p>Curto Prazo</p>
	<p>5.13 Promover ações para identificação dos motivos de acidentes e implantação de elementos que promovam a segurança nas estradas.</p>	<p>Curto Prazo</p>
	<p>5.14 Compilar e criar banco de dados sobre estudos e informações geradas por projetos de empreendimentos econômicos geradores de impacto , unificando em plataforma digital, permitindo a avaliação e o planejamento microrregional.</p>	<p>Médio Prazo</p>

**Referências conceituais ODS**



Áreas Temáticas do PDRS envolvidas na Macro Diretriz e Diretrizes



**MACRO DIRETRIZ:**

**6. Fortalecer a Gestão Integrada para o Desenvolvimento Regional Sustentável e a participação do Conselho de Desenvolvimento Regional Sustentável (CDRS)**

Conclusões Integradas do Diagnóstico	Diretrizes	Horizonte temporal
Baixo poder de decisão e comando do governo estadual/municipal sobre as grandes obras e infraestrutura logísticas, sobretudo as portuárias, aeroportuárias, ferroviárias e dutoviárias.	6.1 Ampliar mecanismos de planejamento integrado, por meio de órgãos estaduais e definir benefícios mais duradouros com abrangência social para a microrregião.	Curto Prazo
	6.2 Promover um amplo debate social sobre projetos de grandes empreendimentos e incluir avaliação do CDRS acerca dos impactos socioambientais.	Curto Prazo
Instrumentos de planejamento do transporte e da infraestrutura centralizados no âmbito estadual e federal. Grande parte dos municípios integrantes da microrregião não possui Plano de Mobilidade Urbana.	6.3 Desenvolver ou revisar instrumentos de planejamento e gestão microrregional (transporte, infraestrutura, regularização fundiária, habitação, controle de uso do solo e parcelamento).	Médio Prazo

<p>Ausência de ordenamento territorial e de política de habitação social em escala microrregional. Pouca capacidade para implementação de programas habitacionais.</p>		
<p>Ausência de secretarias estratégicas nos municípios capazes de estabelecer uma integração das políticas urbanas microrregional</p>	<p>6.4 Identificar secretarias específicas e estratégicas por município facilitando a discussão e implementação de políticas públicas regionais integradas.</p>	<p>Curto Prazo</p>
	<p>6.5 Definir prioridades relacionadas à política urbana, a exemplo da Política Ambiental, de Ordenamento Territorial, Saneamento, Habitação Social, entre outras, na estrutura das secretarias municipais, por meio de tratamento multidimensional e de forma coesa.</p>	<p>Curto Prazo</p>
<p>Dificuldade em tratar temas estratégicos regionais e em intensificar processos de participação popular. Pouca capacidade articulatória em sistemas participativos autogestionário e co-gestionários. Segundo o INCAPER, muitos jovens não encontram atrativos no campo. Problemas de acesso à informação,</p>	<p>6.6 Incentivar Projetos de Extensão Universitária, visando a continuidade e implementação do Projeto DRS, bem como seu monitoramento e avaliação em parceria com o CDRS.</p>	<p>Curto Prazo</p>
	<p>6.7 Criar Escritórios Públicos Regionais (EPR) como suporte técnico operacional ao CDRS para viabilização e articulação de ações microrregionais de implementação do DRS, geridos por agentes públicos e não públicos por meio de sistemas participativos autogestionários e co-gestionários.</p>	<p>Curto Prazo</p>

tecnologia e outros meios para o desenvolvimento rural.	6.8 Incentivar o empreendedorismo dos jovens, assessorar o homem do campo quanto aos avanços tecnológicos da produção e capacitar os moradores rurais para ações participativas e de caráter cooperativista.	Curto Prazo
A maior parte das políticas sociais são pontuais e reproduzem orientações de programas federais - o público é definido em função do projeto enquanto, os projetos é que deveriam ser orientados para atender as demandas do público.	6.9 Implantar equipamentos e políticas sociais integradas com base no Território, considerando as particularidades regionais e a cobertura em áreas rurais para atender as reais demandas da população e suas especificidades locais.	Médio Prazo
Ausência de redes compartilhadas (transportes, rotas, dados georreferenciados do ordenamento territorial, legislações). Dados produzidos sobre a microrregião encontram-se dispersos em plataformas institucionais e, embora existam incentivos por parte do Governo do Estado, por meio de financiamento, para pesquisas e desenvolvimento tecnológico, o compartilhamento não alcança o conhecimento geral da sociedade.	6.10 Promover a gestão microrregional e compartilhada em relação a transporte, rotas, informações georreferenciadas do ordenamento territorial, legislações e informações de interesses diversos (cultural, social, ambiental, econômico), no estímulo à formação de redes de solidariedade.	Curto Prazo
	6.11 Criar/ disponibilizar um banco de dados de gestão do território integrada e sob domínio público por meio de plataforma georreferenciada <i>online</i> da microrregião (Plataformas colaborativas/aplicativos).	Curto Prazo
	6.12 Sistematizar e compartilhar os dados sobre avanços tecnológicos nas áreas de telecomunicações, energia, habitação, infraestrutura, gestão, educação, transporte, ferramentas digitais.	Curto Prazo
	6.13 Promover a Inclusão Digital e facilitar ao público em geral o acesso às informações, serviços e dados da microrregião.	Curto Prazo

**Referências conceituais ODS**



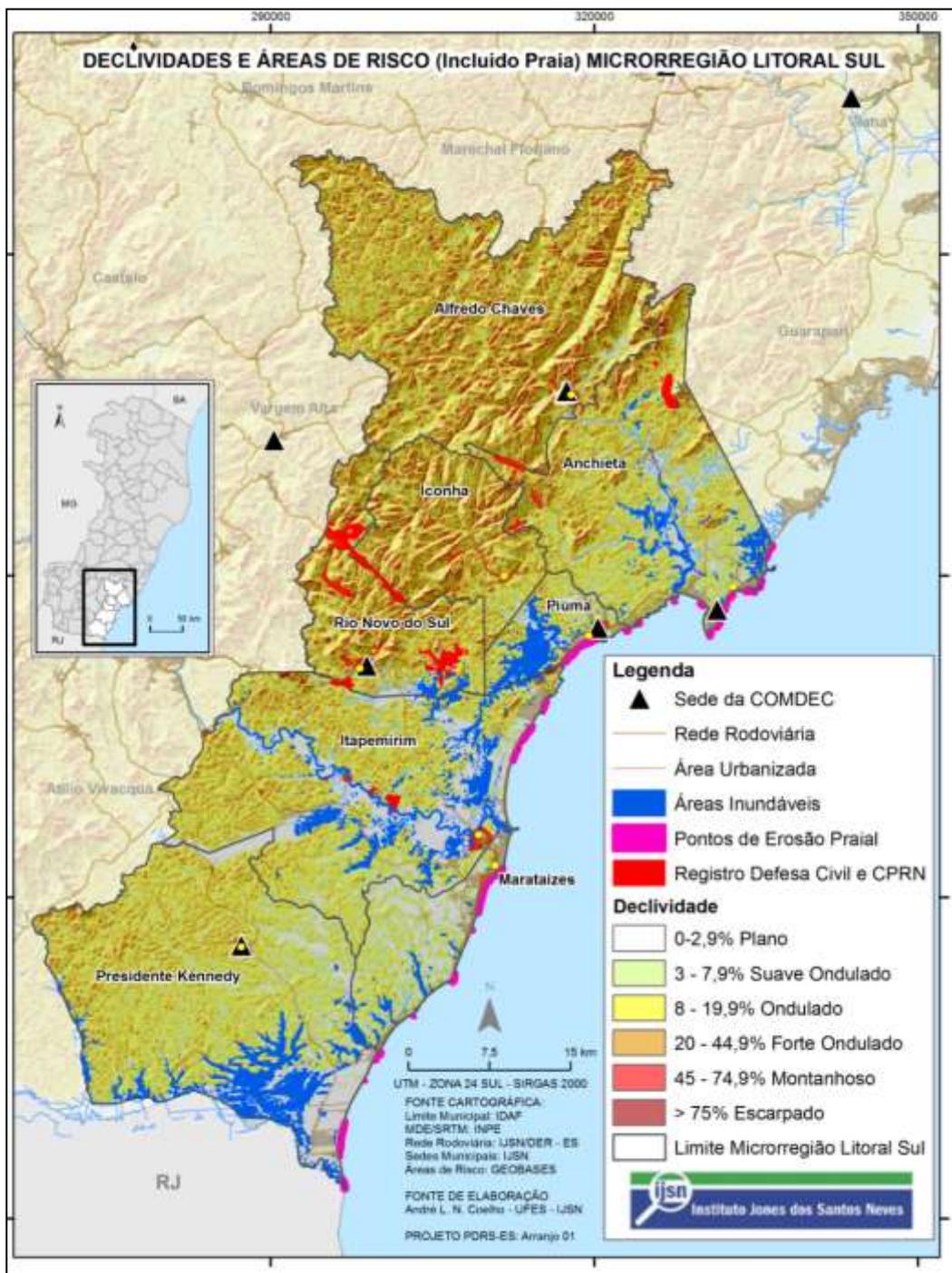
**Áreas Temáticas do PDRS envolvidas na Macro Diretriz e Diretrizes**



Fonte: Elaborado por DRS – Arranjo 1, 2021.

Apêndice 1

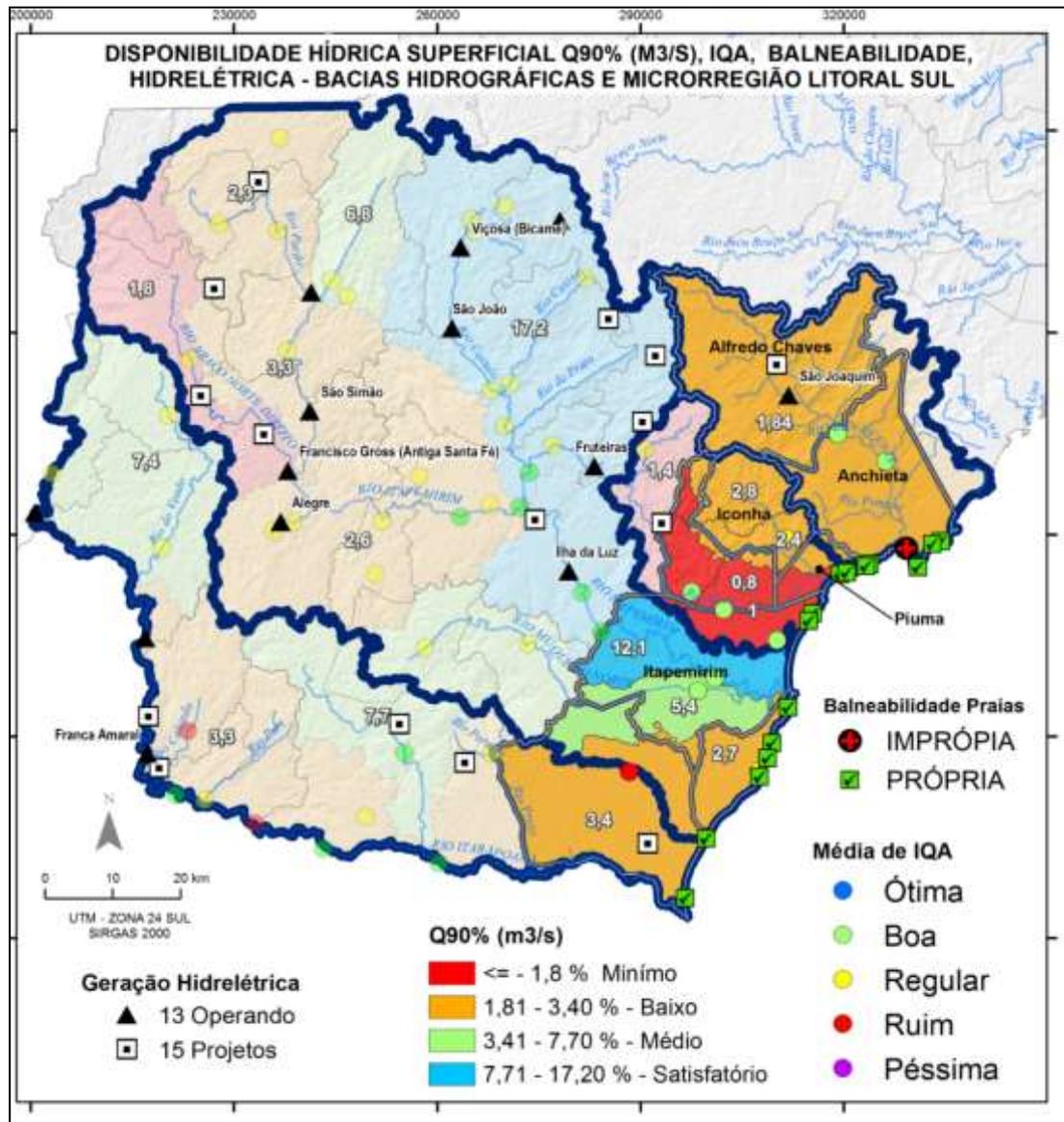
Figura 3: Declividades, áreas de risco com base em imagens e dados da Defesa Civil além de locais de erosão praial.



Fonte: Elaborado por DRS-Arranjo 1, 2020.

Apêndice 2

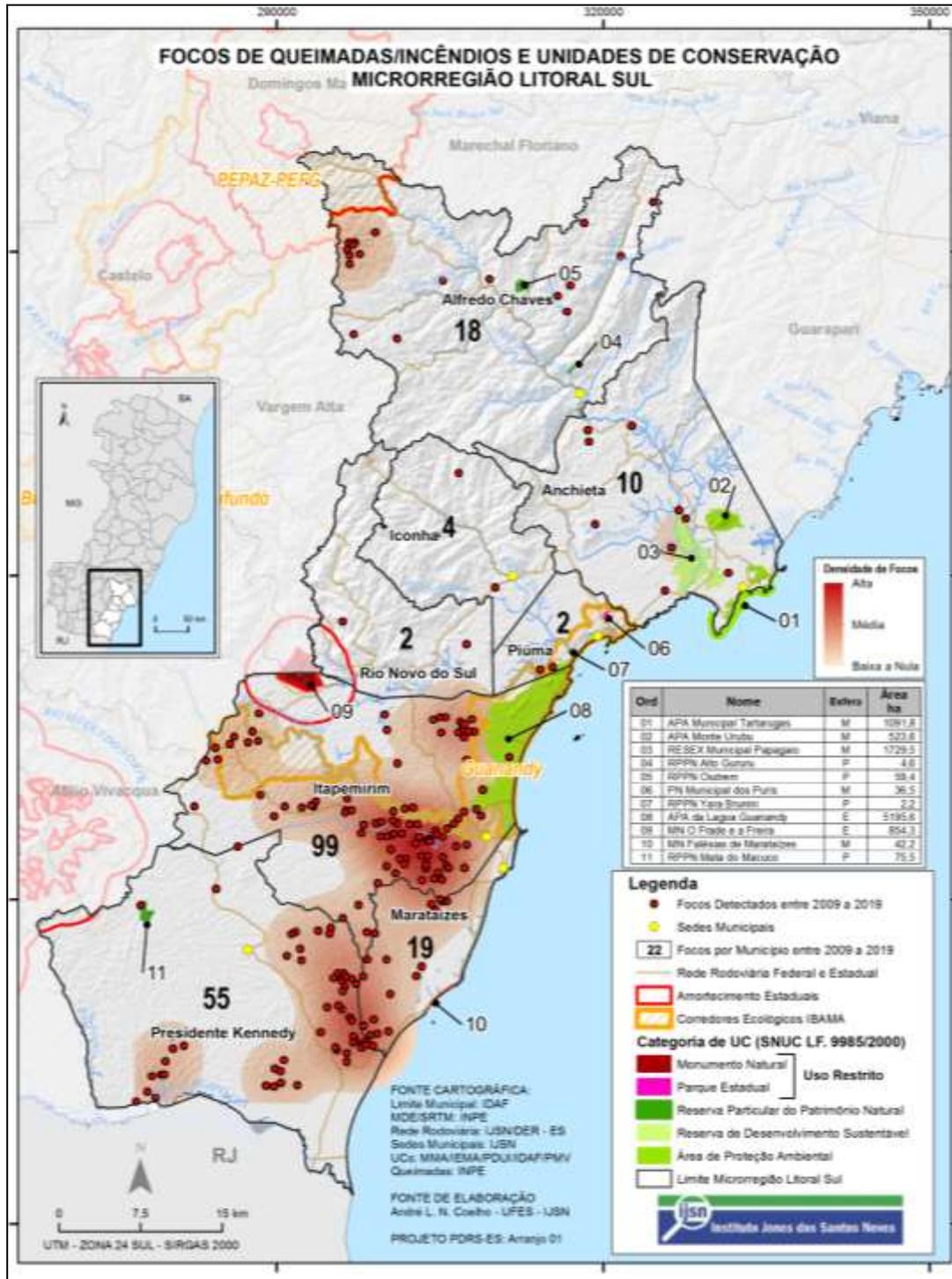
Figura 4: Disponibilidade Hídrica Q90%, Média de IQA, Balneabilidade e Hidrelétricas.



Fonte: Elaborado por DRS-Arranjo 1, 2020.

Apêndice 3

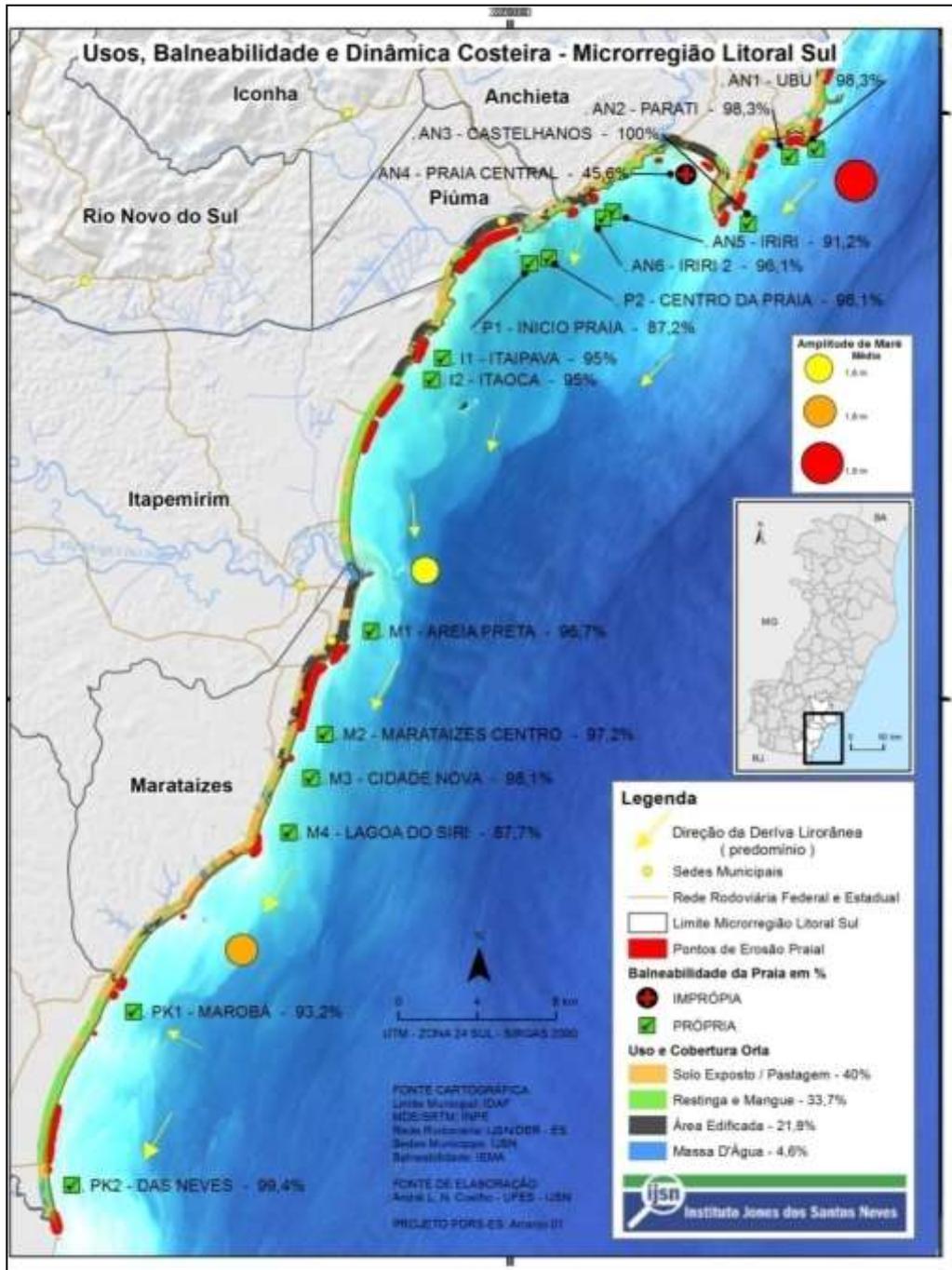
Figura5: Focos de Queimadas e UCs.



Fonte: Elaborado por DRS-Arranjo 1, 2020.

Apêndice 4

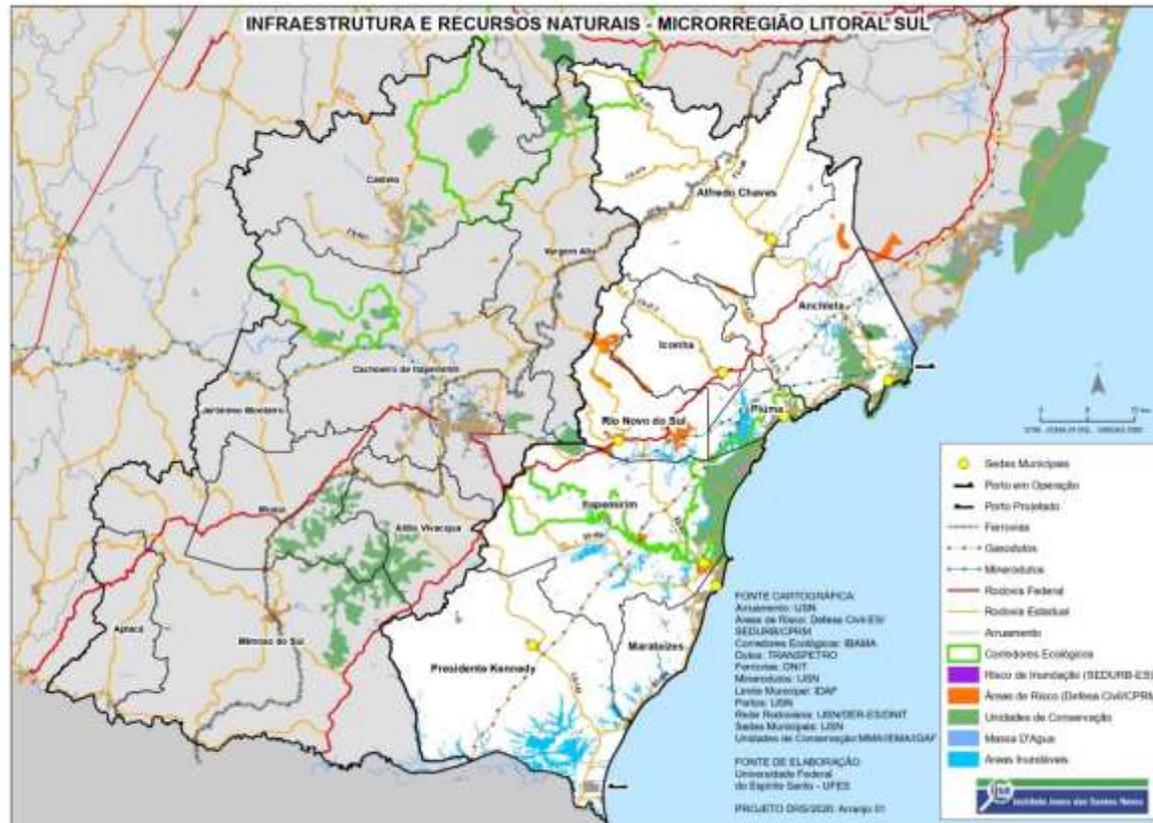
Figura 6: Usos na adjacente a faixa litorânea, Balneabilidade e Erosão Praia.



Fonte: Elaborado por DRS-Arranjo 1, 2020.

Apêndice 5

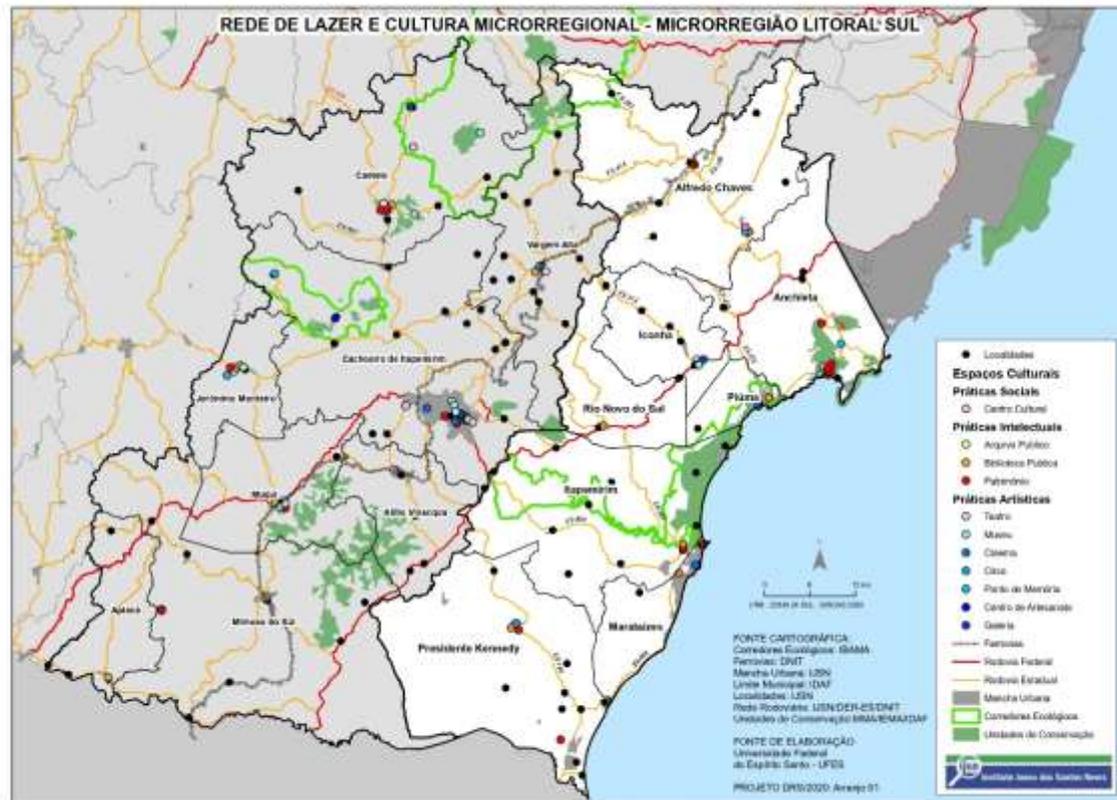
Figura 7: Infraestrutura e recursos naturais.



Fonte: Elaborado por DRS-Arranjo 1, 2021.

Apêndice 6

Figura 8: Rede de lazer e cultura



Fonte: Elaborado por DRS-Arranjo 1, 2021.



## Referências Bibliográficas

ACSELRAD, Henri. **Sentidos da Sustentabilidade Urbana**. In: ACSELRAD, Henri (org.). A duração das cidades: sustentabilidade e riscos nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BANCO MUNDIAL. **Infrastructure strategy for FY12-15**. Washington D. C.: World Bank, 2012

BRASIL. Decreto-Lei nº 9.810, de 30 de maio de 2019. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/D9810.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9810.htm). Acesso em: 01 mar. 2020.

FERNANDES, Fabiana Silva. Capacidade institucional: uma revisão de conceitos e programas federais de governo para o fortalecimento da administração pública. **Cad. EBAPE.BR**, v. 14, nº 3, Artigo 1, Rio de Janeiro, Jul./Set. 2016. **Cad. EBAPE.BR**, v. 14, nº 3, Artigo 2, Rio de Janeiro, Jul./Set. 2016, p. 695-704. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cebape/v14n3/1679-3951-cebape-14-03-00695.pdf>. Acesso em: 29 fev. 2020.

FREITAS, Tanise Dias; DEPONTI, Cidonea Machado; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (Organizadores). **Políticas públicas e desenvolvimento regional: atores e estratégias em regiões do Brasil**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.

HAESBAERT, R. **Hibridismo, mobilidade e multiterritorialidade numa perspectiva geográficocultural integradora**. In: SERPA, A., org. Espaços culturais: vivências, imaginações e representações [online]. Salvador: EDUFBA, 2008, pp. 393-419. ISBN 978-85-232-1189-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). **Nota Técnica nº 05 – Sumário Preliminar: Diagnóstico Integrado das Microrregiões**. Vitória: IJSN, 2020a.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). **Diagnóstico Integrado da Microrregião Litoral Sul**. Vitória: IJSN, 2020b.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). **Sumário Executivo do Diagnóstico da Microrregião Litoral Sul**. Vitória: IJSN, 2021.

MARTINS, A. M.; FERNANDES, F. S. **Capacidade institucional: concepções e referenciais de análise**. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 27, Olinda, 2015. Anais... Olinda, PE: AnPAE, 2015. 1-12 p. 1 CD-ROM.

MINAS GERAIS, Universidade Federal de. **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte – PDUI-RMBH**. Relatório Final. Sumário Executivo. Belo Horizonte, Abril de 2011. Disponível em: <http://www.agenciarmbh.mg.gov.br/wp-content/uploads/2016/04/Sum%C3%A1rio-Executivo-Relat%C3%B3rio-Final-PDDI-RMBH-2.pdf>. Acessado em: 14 abr. 2019.

PIOVESAN, Flavia. Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos. **Cadernos de pesquisa**, v. 35, n. 124, p. 43-55, 2005.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/ods.aspx>>. Acesso em: 25 mai. 2021.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2005.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, Milton. **O Território e o Saber Local**: Algumas Categorias de Análise. Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, ano XIII, nº 2, 1999.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SMITH, Neil. **Homeless / global**: Scaling places. In: Mapping the futures: Local cultures, global change. BIRD, J. et al (org.), p. 87-119. New York: Routledge, 1993.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao Planejamento e à Gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

UNITED NATIONS (UN). **Transforming our world**: the 2030 Agenda for Sustainable Development. Resolution adopted by the General Assembly. 2015. Disponível em: [https://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E](https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E) Acesso em: 25 mai. 2021.